SURDOS notícias

#08 | SET/2011 | TRIMESTRAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
SURDOSnotícias

WWW
fpas.org.pt

2 **EDITORIAL**
Palavras do Director e Subdirector

3 **JUVENTUDE SURDA**
5º Acampamento Mundial de Jovens Surdos

6 **HISTÓRIA DOS SURDOS**
A escola do Bom Pastor e a experiência "6+6"

8 **LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA**
A LGP e a Inclusão Escolar das Crianças e Jovens Surdos

10 **DESPORTO**
Calendário de Eventos Desportivos

11 **TRIBUNA LIVRE**
Associação Cultural de Surdos do Barreiro

12 **ACTIVIDADES**
Promoção do espírito de convívio

13 **OS DIREITOS DAS PESSOAS SURDAS**
Os Direitos Humanos das Pessoas Surdas

14 **PÁGINA DO INTÉRPRETE**
Viver a Língua Gestual

15 **ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA**
UTAD cria SOS Phone - Pedir socorro sem chamada de voz

16 **DESTAQUE**
Global Deaf Renaissance

19 **ALUNOS SURDOS**
Uma Língua que se Sente

20 **CULTURA E CIDADANIA**
Perfil do Presidente

21 **LEGISLAÇÃO**
Parentalidade – O novo regime da protecção de Maternidade...

22 **LEGISLAÇÃO**
Internacional e Nacional publicada entre Junho e Agosto

23 **PASSATEMPOS**
Espaço Lúdico

Desenho feito por Aluno Surdo do Prof. Francisco Goulão

EDITORIAL

FICHA TÉCNICA

Director
António Rodrigues

Subdirector
David Fonseca

Composição e Impressão
Multitema

Edição e Propriedade de
Federação Portuguesa das Associações de Surdos

Com o apoio de
Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

O Director,
António Rodrigues

Caros Leitores do "Surdos Notícias",

Agosto é para muitos Portugueses uma palavra associada a férias, um período em que a maioria dos cidadãos goza de um merecido descanso, após mais um ano de lutas. Em geral, as notícias por esta altura do ano, entre sol e praia, são num contexto alargado notícias "fait divers" da imprensa "cor-de-rosa". Parece que tudo pára durante este mês, tantas são as notícias que nos chegam sobre factos da vida de algumas figuras públicas como se os mesmos pudessem ser exemplos de vida para a maioria dos portugueses. São as cirurgias plásticas da "diva" Lili ou as ousadias/excentricidades do "conde" Castelo Branco, as notícias que nos querem fazer crer serem as mais importantes do nosso país. Este período acaba por servir para a classe política passar decretos de lei a justificar o injustificável, como por exemplo, o "assalto" que se preparam para nos fazer sobre o 13º mês. No meio de tanta notícia "cor-de-rosa", uma ou outra mais desagradável vai tentando passar sem o zé-povinho dar conta, tal a distracção com assuntos do mundo do jet-set. No entanto, no ano corrente, reparamos que tais notícias quase deixaram de existir, como que desapareceram e não se sabe em que Verão voltarão. A culpa é claro da crise à qual os media dedicaram o espaço que em Agosto era ocupado por frivolidades estivais. Não sendo nós fãs da imprensa "cor-de-rosa", após tanta referência á crise, damos por nós a desejar o seu regresso.

Mas nem só de más notícias foi feito Agosto. Chegou até nós a informação da nomeação do Sr. Dr. José Madeira Serôdio para Director do Instituto Nacional para a Reabilitação, IP. Tal facto, é para nós uma grande satisfação por sabermos que o novo Director é uma pessoa de muita sensibilidade para com a área da deficiência, assim como sempre foi e pensamos irá sempre ser um Amigo de toda a Comunidade Surda. Os nossos mais sinceros parabéns ao visado e votos de muitos êxitos profissionais nesta trabalhosa missão à frente de tão prestigiado Instituto.

Por fim, agradecemos a toda a Comitiva que representou a FPAS no XVI Congresso Mundial e Assembleia Geral da WFD (Durban – África do Sul), pois sabemos que tudo correu bem e que prestigiaram toda a Comunidade Surda e Portugal.

Até breve.

O Subdirector,
Eng. David Fonseca

Caros Leitores,

É absurda a opinião de que os únicos cursos que oferecem boas perspectivas profissionais são os das ciências e engenharias. No mundo de hoje necessita-se, mais do que nunca, de gente com qualificações e saberes vários, que só por ignorância são desprezados.

As empresas informáticas recorrem a antropólogos para estudarem como as pessoas se relacionam com os computadores, o design italiano acrescenta valor estético a automóveis, marcas como a Nike ou a Apple destacam-se devido a uma boa comunicação. É por isso que as empresas/marcas reconhecem a necessidade de investirem no mundo empresarial. Enquanto a China poderá ser o centro manufactureiro do mundo, as suas empresas estarão condenadas à subcontratação.

Um curso superior não serve, como se julga, para oferecer de bandeja um emprego, mas proporcionar um aprofundamento dos saberes e habilitar a entender/desenvolver raciocínios complexos. O resultado desejável é produzir espíritos bem apetrechados, intelectualmente exigentes. Só depois se coloca a questão de descobrir uma forma de aplicá-los produtivamente.

Há 2 mil anos, saber ler e escrever assegurava um lugar ao sol. Até há poucas décadas, um curso superior equivalia a um bilhete de entrada no círculo restrito dos profissionais bem remunerados. Hoje, um grau académico é um passo importante - mas apenas um passo - para a construção de uma carreira bem sucedida. Cabe depois a cada um encontrar formas de tornar essa qualificação economicamente valiosa, através de formações práticas ou por criar o seu próprio posto trabalho.

Ou seja, de pouco vale aos jovens qualificados terem vontade/capacidade de usarem os seus saberes, se não encontrarem disponibilidade nas empresas. Sendo nós um povo desconfiado, essa mesquinhez contamina os gestores das empresas e dificulta até conseguir uma entrevista - excepto, é claro, quando se tem um pai importante ou amigos bem colocados.

Os gestores que reconhecem isto e se sentem incomodados, poderiam talvez tentar desbloquear esta situação e até lançarem anualmente aos jovens profissionais o desafio de aparecerem com ideias inovadoras e enriquecedoras.

5º ACAMPAMENTO MUNDIAL DE JOVENS SURDOS – UMA EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL!

Dr.ª Joana Cottim

Atravessando o Continente Africano, em voos de 14 horas ou mais, estavam à nossa espera um leque de vivências e experiências que jamais entrariam nas nossas expectativas. Via ao longe a bandeira da Federação Mundial de Surdos – Secção Juventude a abanar ao sabor do vento e a espalhar palavras como Jovens Surdos, Língua Gestual, Direitos Humanos, Activismo, Liderança e senti que teria a oportunidade de "sugar" novos conhecimentos para os trazer e pô-los em prática junto dos meus pares e em parceria com os meus mestres. Era o tempo do 5º Acampamento Mundial de Jovens Surdos que estava a decorrer com a oportunidade de os Jovens Surdos, dos 18 aos 30 anos, terem actividades de liderança, sessões conferencistas, acção e formação de Jovens e para Jovens, tendo como temas enfoque a Política, os Direitos Humanos e o Activismo/Liderança nas Organizações.

"Antes de partir, nem acreditava que ia para a África do Sul, porque nunca pensei que um dia isso acontecesse… Mas afi nal aconteceu: eu toquei aquela terra vermelha, vi a gente negra, vi a cultura deles e senti... Eles valem mais do que nós pensamos. Nós participámos no acampamento da juventude (WFDYS) e congresso (WFD) e lá permanecemos durante quase 3 semanas. Nesse tempo todo, senti que tudo à minha volta era o mundo dos surdos, a nossa utopia. Que tudo era possível, somos todos iguais. Eu partilhei experiências, aprendi culturas, diferentes línguas gestuais, situações dos Jovens Surdos dos diferentes países e, acima de tudo, aprendi a sensibilidade de "NÓS", tão importante SOMOS, temos a força para lutar, SOMOS FORTES! No fi m de tudo, tornei-me um pouco maduro e orgulhoso de Ser SURDO. Depois pensei... Que nós precisamos dos líderes e que os líderes precisam de nós, Surdos. É isso que nos dá motivação para continuar lutar. 'Um para todos e todos para um'. Uma grande cooperação entre NÓS! Todos juntos, podemos quebrar a barreira de comunicação.", comenta o jovem participante português Renato Santos.

"O que eu senti nesta participação na África do Sul, foi a ida para outro mundo, um mundo dos surdos. Foi interessante conhecer o país da África do Sul, perceber as suas características e como foi a vida da comunidade surda de lá. Eu não posso acreditar, eu fui e vivi uma semana espectacular e agora estou de volta à realidade para trabalhar duro de novo na luta por um mundo melhor.

Lá, nós, os jovens, tivemos a oportunidade de compreender a responsabilidade nas tarefas, ganhar sentido de organização, bem como nos juntámos com outro grupo de países diferentes para debater temas, trocarmos experiências. Aprendi muito. Era importante haver acampamentos e encontros com outros jovens surdos, estar em grupo, debater e trocar ideias, ter formação, participar nos workshops e também ver as apresentações dos conferencistas de renome. Principalmente ser e sentir o verdadeiro líder.

Eu fi quei feliz por ver muitos países e nunca vou esquecer o acampamento de jovens da WFDYS e membros. Tenho lembranças maravilhosas no meu coração e quero deixa-las no coração de todos os surdos que estiveram no acampamento.", recorda José Luís Rocha, outro jovem português participante.

A equipa de Organização do Acampamento e os Membros da Federação Mundial de Surdos – Secção da Juventude (FMS - SJ), demonstraram quão é essencial esta junção de Jovens Surdos, dos diferentes pontos do Mundo na partilha de culturas, sociedades valorizando o sentido de Diversidade Cultural e Linguística. *"Vocês, os Jovens Surdos, fi carão na história da FMS-SJ, como os primeiros jovens a frequentar um Acampamento em África, um país que, estando em desenvolvimento, necessita da Diversidade Cultural, partilha social e troca de experiências que, com certeza, lhes proporcionaram!",* comentou o Vice-Presidente da FMS – SJ, Lars Knudsen. Além disso *"Os acampamentos*

Juventude Surda

de Jovens, Adolescentes e Crianças Surdas tem como principal objectivo criar cinco objectivos fundamentais: Liderança; Partilha Cultural, Mudança Social, Celebração da Cultura Surda e Redes de Contacto. Sem estas premissas, nenhuma luta pelo Direito à Igualdade se vê vencida", acrescentou.

Estas palavras foram claramente vencidas quando, durante o evento, numa sessão conferencista dada pela FMS-SJ nos fora explicada, pormenorizadamente, as linhas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, os nossos Direitos à Língua, Educação, Acessibilidade, Informação, Actividades Culturais e Desportivas que, apesar de termos tido aqui em Portugal, uma sessão conferencista no Porto, não tinha sido claro pois não havia conhecimento, entre nós, da mesma. Senti que estava a ser um erro nosso, nunca ter procurado estas linhas de acção que são um fundamento e base fortes na luta de muitas barreiras que, ainda hoje, enfrentamos no nosso dia-a-dia. Imaginemos que uma Escola de Surdos fecha, o Estado tenta abolir o reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa como Língua dos Surdos bem como o ensino desta por Profissionais Surdos nas Escolas de Alunos, igualmente, Surdos, os Média e a Comunicação Social não coloquem interpretação nos programas de TV; as Universidades fogem à contratação de Intérpretes para os seus Estudantes Surdos, a Convenção é uma forte ferramenta de protesto e de luta por esses direitos e por muitos mais. Claro que agora deverão estar a questionar se teria eu e os Jovens que foram comigo, compreendido estas medidas políticas se não marcássemos presença neste evento? Decerto que sim, mas não com tanta clareza, com tanto feeling e motivação para apelarmos à luta pelos nossos Direitos enquanto Cidadãos Surdos Portugueses.

"Em alguns países, a sociedade discrimina as pessoas com deficiência e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem poder para proibir essa discriminação. Se eles desobedecerem à lei, podem ser multados assim como, esta nos dá direito de lutar contra aquilo que não é justo para nós. Somos cidadãos iguais para todos e temos direitos. Percebi isso agora.", acrescenta e bem, o Jovem Renato Santos.

José Luís Rocha também dá o enfoque à questão da acessibilidade e participação dos Surdos defendida na Convenção - *"O que é importante é que as pessoas com deficiência têm o mesmo direito que qualquer outra pessoa, direito à independência e à plena participação social. Por exemplo: Acessibilidade que é essencial para a participação em sociedade e inclui a informação, a comunicação e os serviços; a Participação Activa que permite-nos escolher livremente onde e como queremos viver, tendo acesso pleno a actividades culturais, lúcidas e desportivas; outro ponto é a Igualdade para que não haja discriminação entre os vários tipos de surdez, diferentes idades e sexos… Tudo o que a convenção nos fala é essencialmente o direito da deficiência ser tratada de forma igual e com oportunidades iguais."*

As palavras não bastam, as acções precisam de ser visíveis e por esses direitos e por essa luta que, paralelame nte à FMS – SJ, a Federação Mundial de Surdos (FMS), na voz de Markuu Jokinen (Presidente), deixa claro que *"é sempre crucial que os Jovens se tornem activistas dos seus próprios direitos, da sua própria acção e intervenção sendo que o seu papel é fundamental para a construção de um Mundo Melhor. Sem os Jovens não há futuro, não há renascimento da Comunidade Surda e, nas vossas mãos, lado a lado connosco, conseguiremos esta tarefa mundial árdua."*

Findas estas palavras, findo este acampamento, seguimos para a Assembleia Geral de Jovens, onde iríamos discutir as linhas de acção para os quatro anos que se seguem. Foram **aprovadas as Linhas de Acção**, o **Regulamento Interno da FMS – SJ**, bem como foram eleitos novos membros para a FMS-SJ, sendo que estes últimos deixaram vagas as suas cadeiras e deram a possibilidade de mudança de faces, novas ideias, novas acções e luta por uma melhor Sociedade em Juventude. Foram eleitos como **Presidente – Jenny Nilson (Suécia); Vice-Presidente - Robert**

Sswaggudde (Uganda); Secretária – Eeva Tupi (Finlândia); Membros (4) - Braam Jordaan (África do Sul); Jannicke Kitvaer (Noruega); Ana Navas Serna (Espanha) e Eun Jung Byun (Coreia do Sul). Os nossos parabéns a estes membros e as felicitações de um bom trabalho. Paralelamente a isso, foi também aprovado a realização do **Acampamento para Adolescentes Surdos, em 2013, em Torino, na Itália,** bem como o **Acampamento para Crianças Surdas, em 2014, em San Francisco, nos Estados Unidos da América**, nos quais esperamos que Portugal marque a sua presença e possibilite o desenvolvimento da Identidade, Cultura e Língua de quem participar.

O mais importante, neste momento, é pensar cá dentro! O que é preciso fazer? Criar? Progredir pela Comunidade Surda, pelos Jovens e Crianças Surdos espalhados pelo país? Teremos claramente de seguir o modelo de uma acção conjunta com a Federação Portuguesa das Associações de Surdos e fazer emergir uma clara e transparente posição dos Jovens Surdos em Sociedade lutando pelo direito à Educação, ao Emprego, à Língua, aos Direitos Humanos em parceria com a mesma, bem como com Instituições de Juventude Portuguesas, os Partidos Políticos, as Escolas, os Departamentos de Juventude das Associações Filiadas e construir, EM CONJUNTO, aquilo que se poderá chamar o (re)início de uma Era. Tarefa difícil e complicada que pode durar um minuto, um ano ou dez, mas o importante é nunca desistir dos nossos objectivos e caminhar sempre em frente contra ventos e tempestades porque, a luz ao fundo do túnel é sempre gratificante.

Dedico este artigo a todos os que tornaram possível a concretização desta experiência de Vida que tanto me toca a mim como aos Jovens que me acompanharam. Além disso, acrescento que é em conjunto que conseguiremos lutar e vencer pelo que não será apenas o meu nome, o nome do Renato ou do José Luís que terão a marca, mas sim o nome de JOVENS SURDOS PORTUGUESES.

Em Durban, tudo se desabrochou e, aqui estamos de regresso para tentar o PROGRESSO! ■

5º ACAMPAMENTO MUNDIAL DE JOVENS SURDOS AGRADECIMENTOS

A Direcção da Federação Portuguesa das Associações de Surdos quer agradecer o apoio das Entidades que, para além do Instituto Nacional para a Reabilitação IP, contribuíram para possibilitar a participação dos Jovens Surdos Portugueses neste evento tão importante.

Instituto Nacional
para a Reabilitação, I.P.

http://www.inr.pt
inr@inr.mtss.pt
217929500

ATILGP
Associação de Tradutores e Intérpretes de
Língua Gestual Portuguesa

www.atilgp.com
atilgp@gmail.com
961331802 / 916253060

GDSGL
Grupo Desportivo de Surdos
da Grande Lisboa

gdsurdosgl@gmail.com

AFOMOS
Associação de Formadores e Monitores
Surdos de Língua Gestual

afomos@gmail.com
http://afomos.blogspot.com

Missão Descobrir
- Comunicação em Língua Gestual, Ldª.

http://www.missaodescobrir-linguagestual.pt
missaodescobrir@gmail.com
917316252 (SMS)

Cuckoo, Lda.

http://www.cuckoo.pt
info@cuckoo.pt
938242619/252103300

A ESCOLA DO BOM PASTOR E A EXPERIÊNCIA "6+6"

Doutor Carlos Afonso
Agrupamento Eugénio de Andrade e Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

A escola do Bom Pastor ficava situada no bairro com o mesmo nome na cidade do Porto e foi, durante as décadas de 80 e 90, do século XX, o local onde predominantemente se concentrava o apoio a alunos surdos da área metropolitana do Porto. Utilizando uma linguagem dos tempos atuais poderíamos dizer que era "uma escola de referência".

O espaço destinado ao apoio ocupava toda uma ala dessa escola e tinha sido intervencionado no âmbito do acordo luso-sueco o que tinha permitido transformar três salas de aula regulares em 4 gabinetes para aulas de apoio, 1 gabinete para terapia de fala, 1 ginásio completamente equipado, 1 espaço para atendimento a pais. Todas as salas tinham adaptações acústicas que, mesmo não isolando completamente o som, permitiam boas condições. Em algumas delas (em períodos curtos) foi instalado o designado "anel magnético" que permitia uma recepção sonora mais eficaz por parte dos alunos surdos. As condições logísticas eram muito boas, mas a localização geográfica do núcleo na escola levava a um certo isolamento entre surdos e ouvintes, que praticamente não se viam nem conviviam. Podíamos dizer que eram quase duas escolas numa só, sendo esta situação ainda agravada pelo facto de durante vários anos a coordenação do núcleo, incluindo o espaço, ser feita pela equipa de educação especial e não pela direção da escola regular.

Os alunos apoiados vinham de uma região muito alargada, desde concelhos perto do Porto até outros bem longínquos e não podemos esquecer que, naquela época, ainda não tinham sido "inventadas" as auto-estradas. Muitas crianças e os seus pais tinham de se levantar de madrugada para percorrer vários quilómetros, durante várias horas, para serem atendidos no Bom Pastor. Esse facto foi um dos que levou a que o núcleo tivesse sido, nos anos 90, posto em causa, numa lógica de desconcentração geográfica e, progressivamente, tenha desaparecido.

O modelo de apoio, nos anos 80 e início dos anos 90, era de pendor oralista, seguindo a tendência da época, com algumas influências do método materno-reflexivo de Van Uden. Os alunos estavam integrados em escolas do Porto (por exemplo, na do Covelo que referimos no artigo anterior), ou nas escolas da sua área de residência e iam ao apoio na escola do Bom Pastor no período letivo oposto às suas aulas de integração. Relembre-se que o denominado "horário normal" era, na altura, uma excepção rara.

Os tempos de apoio eram ocupados em atividades de desenvolvimento de linguagem, a cargo de professores (maioritariamente especializados), em pequeno grupo ou individualmente. Acreditava-se que não bastava aos alunos surdos e deficientes auditivos (porque o apoio envolvia, também, crianças com surdez média e severa) estarem nas suas salas de aulas integradas. Havia que complementar o seu currículo, sobretudo na área da língua portuguesa, com a exploração de textos e histórias que permitissem um desenvolvimento da linguagem oral como forma de expressão. Tendo muita inspiração do método materno-reflexivo apostava-se, também, na escrita como forma de complemento à oralidade e à fala. Este trabalho era completado pela terapia de fala que, na altura, era desenvolvida por professores especializados já que, nos seus cursos, esta vertente estava contemplada. A nível técnico também aqui se foi vendo a evolução, desde a utilização dos "velhinhos" sinalizadores de fricativas e sibilantes até à inovação dos primeiros visifala. Em termos de concepção cada vez mais se foi abandonando a ideia de uma terapia focalizada no "arrancar os fonemas", para uma terapia que estivesse ligada a um processo de construção de uma linguagem que fosse significativa para o aluno. Nesse sentido, a interligação entre o trabalho na terapia e o trabalho das aulas de desenvolvimento da linguagem foi fundamental e uma mais-valia.

Os alunos tinham, também, aulas de expressão plástica (trabalhos manuais) e de psicomotricidade, com professores com formação nessas áreas. O equipamento do ginásio (uma raridade numa

escola do 1º ciclo na época!) permitia trabalhar, entre outros aspetos, as coordenações motoras (globais e finas), o equilíbrio e a lateralidade, em consonância com as outras aprendizagens feitas no núcleo, pois a tentativa de interdisciplinaridade era constante. Também aí se exploravam vertentes do treino auditivo e rítmico com músicas e danças…

Dadas as suas maiores dificuldades, nem todos os alunos surdos que frequentavam o Bom Pastor estavam integrados. Alguns deles faziam o seu percurso escolar somente em turmas de surdos, com uma professora especializada, a tempo inteiro, beneficiando de todos os outros apoios já referidos.

A articulação entre os professores de apoio e os professores de ensino regular das escolas de integração era assegurada por visitas regulares, mais fáceis nas escolas perto do que nas mais distantes. No horário dos docentes de educação especial estavam contempladas duas horas semanais para esta tarefa.

A escola do Bom Pastor foi também "viveiro" de várias experiências. Uma delas teve a ver com a constituição de uma turma de integração com 6 alunos surdos e 6 alunos ouvintes leccionada por uma docente especializada em surdez. Esta situação, ocorrida no início da década de 90, partiu da constatação das enormes dificuldades que os professores do ensino regular, sem qualquer formação específica, tinham para leccionar as turmas de integração com surdos. Para além de invocarem que não podiam prejudicar os alunos ouvintes verificava-se que, muitas vezes, não conseguiam compreender as características específicas dos alunos surdos e, portanto, eram estes, no fundo, os mais prejudicados. Na sala de aula regular as coisas não funcionavam também por dificuldades de interacção comunicativa/ linguística. Relembre-se que tudo era feito, essencialmente, através do discurso oral com a consequente descodificação através da leitura labial. Ora sabendo nós que o domínio desta é de extrema complexidade podemos ter uma ideia das dificuldades existentes. Por outro lado, o ritmo das turmas de integração era sempre marcado pela maioria, ou seja, pelos ouvintes, o que comprometia a necessidade de maior aprofundamento de alguns assuntos, por parte das crianças surdas. Ao criar-se uma turma com 6 alunos surdos e 6 ouvintes, para além de se ter um número mais reduzido, esperava-se que o peso paritário conduzisse a uma atenção mais individualizada a todos, sobretudo aos surdos, proporcionando um currículo regular com adaptações específicas.

Esta proposta não foi muito bem aceite por todos, inclusivamente no seio da própria equipa de educação especial, questionando essencialmente o que consideravam ser um peso excessivo dos alunos surdos e os prejuízos para os alunos ouvintes. Houve também algumas dificuldades em encontrar alunos ouvintes para esta turma, pois houve obstáculos colocados por pais e pela própria escola, apesar das reuniões e contactos de sensibilização. Quanto aos alunos surdos eles vieram do Instituto António Cândido, eram na sua maioria surdos profundos e tinham muitos deles já "uma" língua gestual. Estávamos nesse tempo a sentir alguns ventos da mudança de paradigma que se seguiria e, portanto, a língua gestual já não era recusada, mas "aproveitada" como um recurso. Aceitavam-se os gestos dos alunos, "ensinavam-se" até aos alunos ouvintes da turma, mas a comunicação ainda era essencialmente de pendor oralista.

Mais tarde uma outra experiência semelhante viria a arrancar numa outra escola do Porto. As duas situações iriam desenvolver-se em circunstâncias diferentes, mas pelo conhecimento direto delas e pelos contactos com os seus responsáveis, podemos afirmar que representaram um papel importante na tentativa de se encontrarem respostas adequadas na educação de surdos. Contudo, terminaram sem que lhes fosse dada continuidade e sem que tenha havido, efectivamente, uma avaliação rigorosa das suas vantagens e inconvenientes. Essa foi, aliás, uma característica recorrente da época em que as diversas situações criadas eram vistas como "experiências", que iam surgindo e desaparecendo em função de interesses pessoais ou grupais, coexistindo com perspectivas pedagógicas antagónicas, sem que daí resultasse uma avaliação com critérios claros.

O apoio na escola do Bom Pastor viria a desaparecer em meados da década de 90, com o esvaziamento de alunos derivado de uma política de dessectorização e de proximidade do apoio à surdez daquele que era prestado às outras áreas (deficiência mental, visual, motora). Coincidiria com algum desinvestimento e "apagamento" da educação de surdos que só viria a ganhar novo fôlego anos mais tarde.

Pelo meio várias histórias foram sendo vividas mas, muitas vezes, remetidas para o baú do esquecimento. Daí, frequentemente, a sensação de "déjà vu", relativamente a algumas ideias, que sendo apresentadas como altamente inovadoras, podem não passar de uma repescagem cosmética do que já foi experimentado. ■

A LGP E A INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS E JOVENS SURDOS

Dr. Armando Baltazar

Na Conferência "Comunidade Surda: que futuro?", realizada no Porto em 2001, um Trabalho conjunto dos Doutores Rui Nunes e Miguel Ricou, destacou que:

Não existem dúvidas, hoje, que a única grande diferença entre os Surdos e os Ouvintes reside precisamente no órgão da audição. Nenhuma diferença foi encontrada entre pessoas surdas e ouvintes no que diz respeito às suas capacidades cognitivas. No entanto, existem inúmeros exemplos que nos demonstram que indivíduos privados do contacto com os seus semelhantes desenvolvem perturbações cognitivas muito sérias, não conseguindo uma boa adaptação à realidade, não atingindo um desenvolvimento harmonioso que lhes permita a aquisição das aptidões necessárias para viverem autonomamente como pessoas. O mesmo sucederá a um indivíduo que, por via da sua incapacidade auditiva não desenvolva processos que lhe permitam uma comunicação rica com terceiros, com vista à aquisição dessas mesmas competências, que não serão mais do que a cultura em si mesma.

Neste sentido, os Surdos desenvolveram meios de comunicação próprios, adaptados às suas características, que lhes permitem diminuir ou mesmo suprir as limitações inerentes à sua falta de audição. A língua gestual, que é hoje reconhecida como uma língua, equivalente a qualquer outra.

Historicamente, as pessoas surdas sempre foram educadas com base na aprendizagem da língua oficial do seu próprio país e da leitura labial. O pressuposto subjacente a esta prática era permitir uma melhor integração destas pessoas na sociedade, promovendo a sua aculturação através da língua. No entanto, e uma vez que os resultados deste tipo de intervenção, sobretudo com Surdos profundos, não foram efectivos, essa adaptação nunca foi realmente conseguida.

Em relação aos Surdos foi esquecido o critério heurístico de normalidade. Nunca os Surdos se consideraram como pessoas portadoras de deficiência, sobretudo quando em contacto com outros indivíduos portadores da mesma incapacidade auditiva. Apenas no que diz respeito a critérios culturais e estatísticos, poderiam ser considerados "anormais". A tentativa de os integrarem à força numa sociedade onde predomina a comunicação verbal tem que, inevitavelmente, estar condenada ao insucesso.

Assim,

A língua gestual é a única que dá, na grande maioria dos casos, às Crianças e Jovens Surdos possibilidade de desenvolver a linguagem e uma personalidade sã, e que lhes dará a possibilidade de chegar à língua escrita através da língua gestual. A tentativa de obrigarem os surdos ao oralismo não tem dado frutos até hoje, apesar das boas intenções de pessoas sérias ligadas ao que poderemos chamar de "sistema", numa linha de ensino que tenta desenvolver nos surdos a capacidade de compreender a língua oral e comunicar através dela, na procura duma melhor alfabetização.

Mas nos últimos tempos vem ficando claro que será necessário proceder a uma

forte mudança no ensino das crianças e jovens surdos. É cada vez mais necessário melhorar a situação da Pessoa Surda, visto continuarmos marginalizados socialmente e ainda encarados como indivíduos menos capazes que os ouvintes.

Se o oralismo não é a solução para esse problema, outra deve haver. E certamente há. Teremos que lutar por uma nova Educação dos Surdos, que eliminar de vez o oralismo e instituir uma nova política de educação com fundamentos científicos: o bilinguismo.

Mas numa autêntica acepção prática e não apenas na teoria como ainda acontece, apesar das contínuas mudanças verificadas na procura da institucionalização do ensino bilingue.

Por bilinguismo entendemos que é o conjunto da Língua Gestual (já cientificamente comprovado que é a língua natural dos Surdos) e a língua escrita, encarada como completamente independente da língua oral. Claro que em certos casos poderá também ser a língua oral.

Será necessário que o bilinguismo seja implantado de vez em todas as escolas onde estudam alunos surdos. Sabemos melhor que ninguém que só a Língua Gestual será capaz de desenvolver o centro cerebral da linguagem nos surdos, o que significa que assim a Comunidade Surda terá reais possibilidades de desenvolvimento cognitivo, afectivo e emocional.

Facilmente se constata que o processo de aquisição da escrita, através do oralismo, tem sido um fracasso para os surdos pois tentam ensinar os mesmos a ler como sendo ouvintes. Mesmo depois do fracasso na escola, quando começam a aprender globalmente - ir directo do significante (a palavra escrita) ao significado - os surdos nunca chegam a ser usuários constantes e fluentes da língua escrita.

Disse o educador francês Jean Foucambert, em 1988: *"Não só os surdos, mas toda e qualquer criança pode aprender a língua escrita sem basear-se na oral, porque são independentes. Isso ficará comprovado no dia em que se conseguir fazer os surdos lerem e escreverem bem, pois as próprias características deles são totalmente anti-oralistas".*

Sem uma política boa de bilinguismo nas escolas, os surdos não possuem uma língua natural nem um ambiente em que possam conversar sobre o que é escrito.

Se a linguística já provou que a língua gestual é uma língua, tal como o português oral, teremos de concluir que se é uma língua, deve ser usada na educação dos surdos. Se as crianças ouvintes usam a língua oral na vida escolar, porque não utilizar a língua gestual com os surdos na escola?

Para tal basta respeitar a Constituição da República Portuguesa, aceitar que a língua gestual é a língua natural da Comunidade Surda.

Língua natural pois cumpre todos os requisitos de qualquer outra língua. É uma língua que possui, à imagem das línguas orais, toda uma série de requisitos e a criatividade é um deles. Pode-se sempre dizer alguma coisa nova e atinge significados profundos que permite transmitir, criar e recriar o que se quiser: poesia, romance, filosofia... E pode-se até formular ideias com duplo sentido, ou mentir, que é outra característica das línguas naturais.

Tem também a grande função de

qualquer outra língua natural, para além de possibilitar a comunicação, que é permitir ao Surdo desenvolver o instrumento mental chamado linguagem que permite o uso da língua, mas só tem desenvolvimento com a aquisição de uma língua natural.

A criança surda deve ter contacto com a língua gestual o mais cedo possível. No caso de uma criança surda só ter contacto com a língua gestual a partir dos 4/5 anos de idade, é mais que certo que o instrumento cerebral de linguagem já foi muito afectado, ainda que ela aprenda alguma coisa. É o mesmo que ocorreria com uma criança ouvinte. Para os surdos, no entanto, o contacto com a língua gestual, a sua língua natural, é mais difícil, visto que 90/95% deles são filhos de pais ouvintes, que não dominam a mesma e portanto não propiciam ao filho um ambiente linguístico. Teremos de compreender que quaisquer pais ouvintes querem que os filhos surdos sejam como eles.

No entanto, na realidade, o filho surdo pertence a outra comunidade. Quando é feito o diagnóstico da surdez a comunidade médica terá de dizer aos pais: "O vosso filho *"é normal"*: pode ser inteligente, criativo. Só que ele tem outra língua natural, que pode fazer dele um estrangeiro no próprio país".

Essa realidade dura deve ser dita sem meias-palavras. Os médicos não podem continuar a garantir aos pais ouvintes que o filho surdo *"virá a ser normal"*, que virá a falar como a maioria das pessoas. A criança surda é "normal" só que terá de desenvolver outra forma de comunicação.

A primeira meta da escola bilingue é garantir aos surdos o desenvolvimento da linguagem e da cognição. Para isso, é necessário usar a língua gestual, possibilitando o desenvolvimento afectivo e emocional de uma personalidade sã, ajudando o surdo a construir uma teoria sobre o mundo.

Qualquer criança, em primeiro lugar, terá que adquirir espontaneamente a língua, para desenvolver a linguagem e então ter acesso à língua escrita, como segunda língua, seja ou não surda. Jean-Paul Sartre, filósofo francês, ilustrou bem isto quando disse: *"Falamos na nossa língua materna, mas escrevemos numa língua estrangeira".*

Será necessário usar muito a escrita, procurando dar à criança surda as mesmas oportunidades que tem a ouvinte, interessando-a de modo a ela descobrir que a escrita tem significação.

Claro que isto não se conseguirá de um dia para o outro. Teremos de dar tempo ao tempo e criar bases em que, para além da escola, participem os pais, a família, o meio social.

Como a anterior intenção pedagógica dos ouvintes é colonizadora a meta principal da escola bilingue terá de ser, nos primeiros tempos, propiciar o desenvolvimento da linguagem, sem quaisquer freios ao uso da língua gestual.

Será preciso que todo o Professor domine bem a língua gestual e para tal que o Ministério da Educação crie as necessárias condições, possibilitando aos professores que trabalhem com crianças surdas a aprendizagem da mesma.

Não sendo a minha posição, tenho de referir que a esmagadora maioria da Comunidade Surda defende que o bilinguismo deverá ser desenvolvido em escolas só para surdos. Que isto em nada contraria o princípio da integração deles com ouvintes, pois essa pseudo integração faz parte do oralismo e é mais desintegração pois as crianças surdas são totalmente marginalizadas entre os ouvintes.

Referem, também na Comunidade Surda, que a Sociedade poderá invocar que uma escola só para surdos soará como segregação. Não. Nunca haverá isolamento se o surdo encontrar na sua comunidade o que necessita. Conviver na própria comunidade é a única saída. E além disso, apesar de os ouvintes pensarem o contrário, a comunidade surda nunca é fechada, justamente porque a maioria de nós é filho de pais ouvintes, e a maioria dos nossos filhos são também ouvintes.

Uma real integração terá de possuir dois componentes indispensáveis: primeiro, a interacção plena (poder falar o que se queira), segundo, o poder para tomar decisões. A criança surda colocada numa escola regular não tem interacção real e nenhuma possibilidade de tomar decisões.

A posição da Comunidade Surda é que a Escola para Surdos terá de garantir esses dois componentes porque será: totalmente democrática (o professor deixa de ser o único a decidir), participativa (terá de incorporar os pais dos alunos), comunitária (é da comunidade surda) e activa (porque é a fazer as coisas que mais se aprende).

Será uma utopia? Talvez… mas é perspectiva da Comunidade Surda que é *"transformando o Sonho em realidade que o Homem alcança aquilo porque anseia".*

Ensino Especial, Integração, Exclusão, termos muito usados e falados mas... a luz continua bem no fundo do túnel...

Conforme relatório da UNESCO, 1977:

"A chamada deficiência é uma de entre todas as possibilidades do ser humano e daí o dever ser considerada, mesmo se as suas causas e consequências se modificam, como um facto natural que nós mostramos e de que falamos do mesmo modo que o fazemos em relação a todas as outras potencialidades humanas"

E da Declaração de Salamanca, 1994:

"As Escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais"

Uma recente publicação da OCDE, afirma que *"hoje o conceito de integração é mais do que um modelo pedagógico. É um mecanismo de formação tão poderoso como as noções de democracia, de justiça social e de igualdade e é um elemento capital para a concretização permanente destas aspirações"*.

Todavia, apesar dos avanços e progressos assinaláveis nesta área, mesmo nos países em que existe uma longa tradição de integração, nem todas as crianças Surdas beneficiam dum ensino verdadeiramente integrado e vêm crescendo os países em que as pessoas surdas não desejam ser integradas e reivindicam o estatuto de "minoria cultural e linguística" e as prerrogativas inerentes a tal estatuto, onde as Associações e Organizações ligadas às pessoas surdas lutam pelo direito ao reconhecimento da "Língua gestual" como sua língua natural e ao direito de frequentarem escolas adequadas ao seu estatuto de Surdos.

Mesmo em Portugal e apesar da Constituição da República Portuguesa já ter institucionalizado a Língua Gestual, dia a dia vem crescendo o número de Pessoas Surdas, e mesmo de Técnicos e Professores, que defendem a necessidade de serem criadas Escolas próprias para as crianças e Jovens Surdos.

Porquê?

Talvez por se sentirem desiludidos com a pseudo integração e até com muitas contradições da política do Ministério da Educação neste aspecto.

Sabemos bem que a maior parte das iniciativas legislativas ou pragmáticas raramente se baseiam na investigação e na avaliação das experiências realizadas, apesar da integração dos alunos Surdos no percurso normal da educação ser hoje um objectivo pedagógico.

A legislação garante a todas as crianças e jovens Surdos o direito à educação na Escola Regular.

De facto, o sistema educativo, tendo por finalidade realizar a promoção permanente da educação de todos os portugueses, tem de colocar a si próprio a obrigatoriedade de ser capaz de promover a Educação, respeitando a originalidade de cada um. E isso implica que tenha de ajustar-se a todos, partindo da compreensão do que são as suas necessidades educativas.

Mas o sistema educativo só pode ser de todos e para cada um se totalmente despojado de desvantagens para quem quer que seja.

Ora, entre as "desvantagens" com que se debatem as pessoas Surdas estão muitas vezes os rótulos e estigmas de que são vítimas e os constrangimentos aos seus direitos elementares de cidadania, nomeadamente o direito à livre escolha e à participação nas tomadas de decisão sobre os seus destinos e percursos educativos, sociais e laborais.

O actual "ensino especial" é um obrigar das crianças surdas a sofrer na pele as barreiras e os obstáculos que na prática a grande maioria, e também as suas famílias, são obrigadas a enfrentar na luta pela conquista de dois objectivos essenciais: o máximo de autonomia e o máximo de qualidade de vida.

A Comunidade Surda LUTOU, LUTA E LUTARÁ até conseguir UMA EDUCAÇÃO BILINGUE NUMA ESCOLA PARA SURDOS VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA. ■

3.º CAMPEONATO MUNDIAL DE NATAÇÃO PARA SURDOS COIMBRA – 6 A 13 DE AGOSTO DE 2011

1

A LPDS organizou o 3.º Campeonato Mundial de Natação para Surdos (homologado pelo ICSD e pela FINA), de 6 a 13 de Agosto deste ano, no Complexo Olímpico de Piscinas de Coimbra (que tem uma das melhores piscinas do país).
Foto 1: Complexo Olímpico de Piscinas de Coimbra

2

A Câmara Municipal de Coimbra foi também uma grande impulsionadora deste evento, tendo-se tornado a principal parceira da LPDS neste desafio.
Com a presença de 28 países e 177 atletas (77 femininos e 101 masculinos), bateu-se o recorde de atletas presentes num Mundial de Natação de Surdos. Foi pena a Guiné-Conacri e os seus 6 atletas terem falhado o Mundial por não terem conseguido os vistos a tempo.
Foto 2: Equipa Portuguesa, da esquerda para a direita: Rute Rosa (voluntária), Miguel Cruz, Tiago Almeida (seleccionador), Eunice Almeida, Susana Lourenço, Luís Peixoto, Tiago Neves, Ricardo Beleza e Luís Ferreira)

3

Uma das razões para esta grande adesão é que este Mundial serviu também para a conquista, por parte dos atletas, de mínimos que lhes garantam um lugar nos Surdolímpicos de 2013.
Logo no dia 1 de Agosto, já o Comité Local de Organização estava em Coimbra, bem como os coordenadores dos diversos departamentos. Nos dias seguintes, foram chegando os cerca de 75 voluntários, nacionais e estrangeiros e de todas as idades. Nessa semana, realizaram-se reuniões e acções de formação, preparando o pessoal e os locais para o evento.
Foto 3: Voluntários presentes no dia 1 de Agosto – os restantes vieram nos dias seguintes

A cerimónia de abertura dá-se no dia 6, como programado, mas num local diferente, devido à chuva. Não obstante, foi com orgulho que os representantes dos 28 países em competição desfilaram a sua bandeira.
As provas decorreram com normalidade, com a equipa nacional a esforçar-se e a obter vários recordes pessoais e nacionais, bem como a alcançar fases finais e a obter mínimos de acesso aos Surdolímpicos. No entanto, não conseguiram conquistar qualquer lugar no pódio face à melhor preparação e dimensão dos outros países, em especial os Estados Unidos e a Rússia, habituais campeões nesta modalidade, que conquistaram ambos 22 medalhas – com os americanos a liderar face aos russos por apenas mais 3 medalhas de ouro.
fonte: http://www.lpdsurdos.org.pt/live_results/WDSC2011/Medals.pdf)

Medalhas	PAÍS	OUR	PRA	BRO	TOTAL
1º	E.U.A.	11	4	7	22
2º	Rússia	8	8	6	22
3º	Bielorrússia	8	3	3	14
4º	Itália	4	1	1	6
5º	Ucrânia	3	6	6	20
6º	Japão	3	3	3	9
7º	Grã-Bretanha	1	5	5	8
8º	Polónia	1	1	1	3
9º	Brasil	-	1	1	3
10º	Alemanha	-	2	2	3
11º	Grécia	-	-	-	1
12º	África do Sul	-	3	3	3
13º	Canadá	-	1	1	1

Top 3 Masc.	PAÍS	OUR	PRA	BRO	TOTAL
1º	Ilya Trishkin (Rús)	5	3	-	8
2º	Marcus Titus (EUA)	5	1	3	9
3º	Luca Germano (Itá)	4	1	1	6

Top 3 Fem.	PAÍS	OUR	PRA	BRO	TOTAL
1º	Aksana Petrushenka (Bie)	6	1	1	8
2º	Rebecca Meyers (EUA)	4	-	-	4
3º	Anna Tovsta (Ucr)	3	4	1	8

No "campeonato" dos multi-medalhados, temos novamente americanos, russos e bielorrussos na frente. Nos masculinos, foi o russo Ilya Trishkin a liderar com 5 medalhas de ouro e 3 de prata, face ao americano Marcus Titus com as mesmas 5 de ouro, mas apenas 1 de prata e 3 de bronze. Já nos femininos a bielorrussa Aksana Petruchenka, simplesmente, dominou.
Foto 4: De entre os atletas lusos, apenas Susana Lourenço, Luís Peixoto, Ricardo Belezas e Luís Ferreira ficaram apurados para os Surdolímpicos de 2013.

4

Por fim, a Cerimónia de Encerramento realizou-se na Praça Heróis do Ultramar. Foram feitos vários elogios à organização e à qualidade da piscina escolhida. Em Setembro, será definido o país anfitrião do próximo Mundial. Na corrida estão, para já, a Polónia, a Grécia, os Estados Unidos e a Rússia.

Todos os resultados, recordes e estatísticas podem ser consultados em:
http://www.lpdsurdos.org.pt/live_results/WDSC2011/index.html

ACSB

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SURDOS DO BARREIRO

Associação Cultural de Surdos do Barreiro

1 - NATUREZA DA ORGANIZAÇÃO

Associação de Surdos – Organização não governamental sem fins lucrativos – Instituição Particular de Solidariedade Social.
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública (Diário da Republica III Série, nº176 de 31/07/96).
Agraciada com o Prémio "Valor Associativo", atribuído pelo Jornal "Voz do Barreiro".

2 - FILIAÇÕES

Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS).
Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD).
Está representada em diversas estruturas do Concelho.

3 - OBJECTIVOS PRINCIPAIS DA ORGANIZAÇÃO

3.1 Promover entre as pessoas surdas e, entre estas e as pessoas ouvintes:
A integração (o que pressupõe também a comunicação), o convívio, a amizade, a solidariedade e a cooperação

Peça de Teatro Gestual na sede dos Reformados do Lavradio

Fachada da Sede, na Rua Dr. Manuel de Arriaga, Nº 19 - Barreiro

Sala de Convívio

3.2 Desenvolver actividades:
Sociais, culturais, desportivas, recreativas e de apoio de Língua Gestual

3.3. Implementar
Projectos e iniciativas importantes e úteis para a população Surda nos domínios da, comunicação, informação, formação, cultura e desporto.
Assim, a Associação tem participado em diversos projectos, não só com organizações de e para deficientes, mas também colabora com Grupos Recreativos e Culturais, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal do Barreiro e Escolas.

4 - ACTIVIDADES

Tem, actualmente, 107 sócios. Alguns praticam, Futebol de Salão, Xadrez, Pesca Desportiva e Atletismo.

Nas instalações da ACSB funcionam:
- Um Centro de Convívio onde os sócios se encontram para jogar cartas, dominó, etc., ensaiar as peças de teatro e celebrar as datas especiais;
- Escolas de Língua Gestual;

Nestes últimos anos, tem vindo a reduzir as actividades adaptando-as à redução dos apoios. Nestes tempos de crise, não tem apoios financeiros locais e a nível nacional e a exiguidade das verbas torna difícil concretizar certos eventos. Apesar das dificuldades, desde a sua fundação que a Associação tem um Grupo de Teatro Gestual. É constituído por pessoas surdas e ouvintes. São todos amadores. A colaboração é possível porque as pessoas ouvintes, que são antigos alunos dos cursos da Associação ou familiares de surdos, dominam a Língua Gestual Portuguesa (LGP) e as peças são representadas à mesma na Língua Mãe dos surdos e existe sempre a tradução simultânea.
Os cenários, quando existem, são também eles feitos pelo Grupo e os materiais muitas vezes cedidos pela Câmara do Barreiro, bem como o transporte e aluguer de guarda–roupa (em casos que as peças o exijam).
O Grupo representa pequenas peças, sempre que solicitado por outras Associações/Colectividades, por Escolas, pelas Juntas de Freguesia e pela C.M. do Barreiro. Só para citar alguns, participou por várias vezes no "Mês do Teatro", organizado pela Câmara Municipal do Barreiro, e na "Mostra de Teatro do Lavradio" organizado pela SFAL, uma colectividade local. Sempre foi e é muito apreciada pela comunidade ouvinte, a nossa maneira "diferente" de fazer teatro. É também uma maneira de divulgar a Associação, ao mesmo tempo que se dá a conhecer a Língua e a Cultura dos Surdos
Lamentavelmente teve que abdicar da realização dos "Festivais de Teatro Gestual" (que organizou desde 1998), principalmente porque para a sua realização eram convidados a participar outros Grupos e também eles se debatem com problemas económicos. Os locais (a sede da Associação não dispõe de espaço para o efeito) nunca foram obstáculo – recorria a salas de Associações/Colectividades do Barreiro, que amavelmente, sem qualquer encargo, nos facultavam a sua utilização para a realização do evento

5 - CONCLUSÃO

Apesar das dificuldades de vária ordem com que a Associação se debate constantemente (más condições de trabalho devido ás instalações degradadas, falta de meios humanos e financeiros), "teimamos" em continuar a trabalhar na esperança de que a situação do país melhore e que, com a colaboração de todos, a Associação possa voltar a oferecer aos seus sócios e famílias, maior diversidade nos apoios/actividades e a poder realizar mais e melhores acções de sensibilização e divulgação da Comunidade Surda, sua Língua e Cultura.
A curto prazo a nossa luta é, pelo menos, manter o pouco que fazemos … já que não tem sido possível fazer mais. ■

Actividades

Paulo Garcia

V MARCHA DA COMUNIDADE SURDA E V CONVÍVIO NACIONAL DE SURDOS

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE SURDOS

A próxima Conferência Internacional da Federação Mundial de Surdos irá ter lugar em Sidney (Austrália), de 16 a 18 de Outubro de 2013. O tema desta Conferência será "Igualdade para as Pessoas Surdas" e vão ser abordadas várias áreas, nomeadamente o progresso da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas que será um dos temas centrais.
À medida que forem surgindo mais informações, a FPAS irá divulgar.
Para mais informação, consulte:
http://www.deafsocietynsw.org.au/centenary/

WORLD FEDERATION OF THE DEAF

Award of Merit

This 2nd Class International Social Merit Award
is presented
by the World Federation of the Deaf to

Mr. Helder Lindo De Barros Sereno Duarte

in recognition
of his extraordinary dedication to the cause
of deaf persons and his contribution to the
development of the WFD

The XVI World Congress, Durban, South Africa 2011

24 July 2011

President

WORLD FEDERATION OF THE DEAF

Award of Merit

This 2nd Class International Social Merit Award
is presented
by the World Federation of the Deaf to

Mr. Armando Gabriel Teixeira Baltazar

in recognition
of his extraordinary dedication to the cause
of deaf persons and his contribution to the
development of the WFD

The XVI World Congress, Durban, South Africa 2011

24 July 2011

President

MEDALHA DE MÉRITO SOCIAL INTERNACIONAL (2.ª CLASSE) DA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE SURDOS

No passado dia 24 de Julho de 2011, na Cerimónia de Encerramento do XVI Congresso da Federação Mundial de Surdos realizado em Durban (África do Sul), o Sr. Armando Baltazar e o Sr. Hélder Duarte foram ambos distinguidos com a Medalha de Mérito Social Internacional (2.ª Classe) da Federação Mundial de Surdos. Esta distinção deve-se ao reconhecimento de todo o seu trabalho e luta ao longo do tempo pelos direitos e bem-estar da Comunidade Surda.

A FPAS quer deixar os seus mais sinceros parabéns por este reconhecimento ao Sr. Armando Baltazar e ao Sr. Hélder Duarte, fazendo votos que possam continuar o seu trabalho pela Comunidade Surda com todo o empenho e dedicação que os caracteriza.

CENTRO DE JOVENS SURDOS ENCERROU

Como vocês têm conhecimento, o Centro de Jovens Surdos encerrou e, como tal, foi decidido que o material existente ficará nas instalações da FPAS e estará à disposição de quem o quiser ver ou usar. Contudo, informamos que quem o quiser fazer, terá de pedir autorização prévia à Direcção cessante do CJS, nomeadamente à Presidente Carla Jesus que estava em funções.

OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS SURDAS

Dr. Filipe Venade de Sousa
Jurista

Ao longo do tempo, as Pessoas Surdas sofreram discriminações e foram excluídas da sociedade, sem poderem participar activamente na sociedade tal como na vida política. No séc. XX, já se sentiu uma mudança do paradigma sobre as Pessoas Surdas na questão dos Direitos Humanos, lutando-se e reivindicando-se direitos iguais e o respeito pela sua dignidade na sociedade. Actualmente, uma temática que assume grande importância é o facto da *Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (CDPD) ter sido ratificada e aceite definitivamente em Portugal, em 23 de Setembro de 2009, reconhecendo essencialmente a questão dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência em geral, incluindo as Pessoas Surdas, que são tratados como seres titulares de todos os direitos reconhecidos e assegurados pela CDPD.

Enfim, a CDPD é um primeiro Tratado Internacional, que tem uma força vinculativa, isto é, tem aplicação plenamente obrigatória na ordem jurídica interna, ou seja, o Estado é obrigado a adoptar, para estar conforme com a CDPD, as medidas efectivas em relação aos direitos reconhecidos, que mencionam especificamente os Direitos das Pessoas Surdas, por exemplo, a Língua Gestual e sua identidade cultural e linguística. Antes da CDPD, já em 1997, as Pessoas Surdas conquistaram (fragilmente) o reconhecimento dos seus direitos, ou seja, o direito à educação em contexto bilingue e, implicitamente, o direito à Língua Gestual para se expressarem e comunicarem em qualquer local, através do artigo 74.º, n.º 2, alínea h), da Constituição que declara: *"proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades."*

É verdade que a CDPD não cria novos direitos, mas garante sim o gozo dos mesmos direitos de que qualquer outra pessoa dispõe. É um Tratado que tem como objectivo, nos termos do artigo 1.º *"promover, proteger e garantir o gozo pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e de promover o respeito pela sua dignidade inerente."* Efectivamente, a CDPD garante e promove que as Pessoas Surdas desfrutem plenamente dos seus direitos linguísticos e culturais como Direitos Humanos, isto é, conjuntos de direitos inerentes aos seres humanos, que implicam, pelo menos, a dignidade, a liberdade e a igualdade do ser humano, e que são garantidos, respeitados e reconhecidos universalmente por determinado ordenamento jurídico internacional, e ainda, que são aplicáveis à ordem jurídica interna, que são vinculativos, e sempre serão os direitos básicos, universais, interdependentes, indivisíveis e irrenunciáveis para todos.

As Pessoas Surdas dispõem de determinados conjuntos de direitos, consagrados e reconhecidos pela CDPD: os conjuntos dos direitos linguísticos e culturais são considerados como Direitos Humanos, e estes são: o direito à língua; o direito à identidade cultural; o direito à educação em determinada língua; o direito à igualdade de oportunidades e não discriminação em razão da língua e, por último, o direito à acessibilidade, mediante o Intérprete de Língua Gestual, nos serviços públicos. Por um lado, os direitos linguísticos são entendidos igualmente como direito à língua, ou seja, tem direito de comunicar quaisquer expressões formuladas em determinada língua, para comunicar, expressar, aceder e ser atendido na determinada língua escolhida, baseada essencialmente no respeito pela dignidade; a liberdade de expressão e a igualdade e não discriminação em razão da língua. A CDPD, segundo os artigos 2.º e 21.º, proclama e reconhece definitivamente a Língua Gestual como meio de comunicação, que é juridicamente eficaz e válida, utilizada por Pessoas Surdas, e consequentemente o Estado tem a obrigação de assegurar e promover o uso da Língua Gestual em qualquer contexto, que possui as estruturas gramaticais próprias equiparando-se a outras línguas, por exemplo, à Língua Portuguesa, e é vista como a língua pertencente à identidade cultural das Pessoas Surdas como reconhecimento público dos direitos linguísticos consagrados às Pessoas Surdas. Por outras palavras, as Pessoas Surdas têm o direito de utilizar a Língua Gestual para expressar e comunicar em qualquer local público e privado, incluindo os serviços públicos em geral, autoridades administrativas, judiciais e políticas e outros institutos públicos, nos termos do artigo 21.º, alínea b) e de artigo 9.º, n.º2, referente à acessibilidade.

Por outro lado, os direitos culturais são igualmente compreendidos como conjuntos de direitos, com carácter essencialmente cultural, que têm como finalidade garantir e promover a diversidade cultural, o respeito pela identidade cultural, pela participação na vida cultural e acesso à cultura baseada no respeito pela dignidade, a igualdade e a não discriminação. Consequentemente, as Pessoas Surdas têm direito ao reconhecimento e promoção da sua identidade cultural e linguística da Comunidade Surda, de acordo com o art. 30.º, n.º 4 em conjugação com o art. 24.º, n.º 3, alínea b), da CDPD e ainda têm direito ao acesso à sua própria cultura, a Cultura Surda, que tem um carácter essencialmente simbólico, para desenvolver a sua identidade pessoal enquanto possuidora da identidade cultural própria. Os artigos em questão implicam ao Estado a obrigação de adoptar medidas de salvaguarda e da promoção das particularidades linguísticas e culturais das Pessoas Surdas, em particular, a sua língua própria e a sua identidade cultural. E, não menos importante, conforme o artigo 24.º, n.º 3 e 4, da CDPD, que reconhece às Pessoas Surdas o direito a receber educação bilingue, ou seja, a adquirirem as duas línguas, a língua onde vivem e a língua própria, a Língua Gestual. É verdade que o direito à educação é visto como um instrumento poderoso e eficaz para o exercício pleno dos direitos humanos, caso contrário, será dificultado ou limitado o exercício dos restantes direitos humanos às Pessoas Surdas.

Face ao estatuto jurídico-constitucional das Pessoas Surdas, no art. 74.º, n.º 2, alínea h), este artigo pode levar-nos a concluir que os direitos daquelas Pessoas devem ter em consideração o acesso pleno aos exercícios dos direitos, ou seja, os direitos linguísticos e culturais, estando em igualdade de tratamento e de oportunidades com as restantes. Constitucionalmente, a Língua Gestual Portuguesa (LGP) é o primeiro elemento caracterizador dos direitos fundamentais reconhecidos às Pessoas Surdas, ou seja, a LGP é vista como o meio de comunicação, utilizado por Pessoas Surdas, imprescindível a facilitar a integração daquelas Pessoas no pleno exercício da cidadania na sociedade onde vivem e permitir superar as barreiras comunicativas que dificultam o exercício dos seus direitos como as restantes Pessoas. ■

Bibliografia

Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com deficiência. Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009. Diário da República, I Série, 146, (2009-07-30); Decreto do Presidente da República n.º 71/2009. Diário da República, I Série, 146, (2009-07-30).

Informações sobre a Convenção. Disponível em: http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia

VIVER
A LÍNGUA GESTUAL

Dr.ª Ana Bela Baltazar
Intérprete de Língua Gestual Portuguesa e Psicóloga Clínica e da Saúde

Muito se começa já a falar dos diferentes Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, pelo menos entre a Comunidade Surda e os profissionais mais próximos já se constata a existência de algumas diferenças.

Não nos referimos aos CODA e aos "outros". Mas aos CODA, aos Intérpretes nascidos na Comunidade Surda e pela Comunidade Surda, que apesar de não serem filhos "legítimos" de pais Surdos, são filhos da Comunidade Surda e então os restantes, os que surgem dos inúmeros Cursos que cada vez mais proliferam um pouco por toda a parte.

É incontestável a importância dos primeiros (os CODA) e o seu contributo, ainda que muitas das vezes inconsciente, para a interacção da Comunidade Surda com a restante sociedade. No fundo, podemos afirmar que foram eles os impulsionadores desta profissão.

Segundo Moscovici (1961 as cited in Vala 2006), os indivíduos não se limitam a receber e a processar informação, são também construtores de significados construindo a realidade social. A importância das interacções sociais reflecte-se nas teorias sobre os objectos sociais, tornando viável a comunicação e a organização dos comportamentos em sociedade.

Indo ao encontro da Teoria das Representações Sociais, referimo-nos ao contributo deixado por Vygotsky quando refere que os processos cognitivos não são processos exclusivamente individuais, a génese do pensamento encontra-se na interacção social sendo também uma forma de interacção social. O próprio desenvolvimento da criança passa pelo nível social e só depois individual.

Tendo em conta os pressupostos básicos a que Moscovici se refere, facilmente nos reportamos ao papel fundamental da família, e à importância desta na formação e desenvolvimento da criança não só como individuo, mas também como elemento constituinte da realidade social.

O facto de nascermos e crescermos "banhados" desde o primeiro minuto de vida por uma língua silenciosa, primordialmente visual à mistura com a emoção e o sentimento característico de qualquer minoria é um aspecto marcadamente importante no que respeita à formação do próprio indivíduo. De tal forma que poderá conferir, aos olhos da Comunidade Surda, um estatuto próprio aos chamados "filhos de pais Surdos", estes apesar de não possuírem na sua grande maioria qualquer tipo de surdez, viveram entre a comunidade, sendo esta a sua primeira realidade conhecida e experienciada. Levando muitos deles a enveredar pela profissão de Intérprete de LGP, fazendo do seu dia-a-dia a Língua dos seus pais.

Este banho linguístico não será produzido tão precocemente quando falamos dos Intérpretes que anos mais tarde chegam à Comunidade Surda e que lá encontram a sua paixão pela Língua Gestual, se dedicam arduamente à Comunidade e vivem de forma intensa e próxima todas as suas lutas e vicissitudes diárias. Não lhes é conferido o estatuto de CODA, mas em alguns casos é praticamente o mesmo.

Podemos afirma-lo de acordo com a nossa própria experiência de vida, pois sentimo-nos parte integrante da Comunidade. Já assistimos a grandes mudanças, ao nascimento de uns e à partida de outros. Sentimos de forma próxima as vivências, lutas, desafios e dificuldades e vitórias alcançadas pelos Surdos em Portugal. O que de alguma forma nos confere a existência "do cordão umbilical" a esta Comunidade, mesmo que não natural, ele é genuíno na parte que nos toca.

O gratificante não é usar uma língua como uma ferramenta de trabalho, com mais ou menos técnica. Mais importante do que isso é senti-la como se fosse nossa, ao ponto desta nos dar prazer ao utilizá-la, chegando inconscientemente a usar o gesto e a expressão quando oralizamos com ouvintes, ao ponto dela fluir tão naturalmente de forma que não nos apercebamos no imediato da nossa acção. O que de todo reflecte embaraço, mas antes um quê de orgulho.

Para podermos abordar o terceiro e último grupo, que referimos como sendo os profissionais criados pelos cursos superiores, na sua grande maioria sem qualquer ligação prévia ou (re)conhecimento com a língua ou comunidade, teremos que nos reportar a aspectos de carácter estritamente técnicos. Recorrendo inicialmente à definição de Tradutor (pessoa que traduz de uma língua para outra); Seguidamente à de tradutor-intérprete (pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito) e finalmente; à de tradutor-intérprete de língua gestual (pessoa que traduz e interpreta da língua gestual para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar - oral ou escrita).

Esta é uma perspectiva bastante redutora da questão, chegando mesmo a ser penosa para quem lida com estas contendas há mais duas décadas.

Não temos o direito de apontar o dedo a quem quer que seja, no entanto consideramos pertinente criar urgentemente condições para a selecção e avaliação do perfil dos candidatos à profissão de Intérprete de LGP bem como posterior verificação e avaliação do seu exercício. A ausência deste tipo de procedimentos reverte-se na situação que se vivencia actualmente; a de "cada um por si", "sem lei nem roca".

Estamos em vésperas da abertura de concursos públicos para as Direcções Regionais de Educação no País e é ver grande parte dos caros colegas a abarbatarem-se a declarações, papeis e papeizinhos na tentativa de provarem as suas (in)competências para conseguirem mais um ano de "lugar ao sol". Sabendo, no entanto seguramente, que realizada a selecção dos candidatos e concretizados os respectivos contratos, "tudo volta à normalidade" ou seja "mais do mesmo", sem mais preocupações, investimento pessoal e profissional, procura em mais e melhores aprendizagens junto da Comunidade Surda … São atitudes difíceis de aceitar por alguns, pela pequenez que reflectem e pela falta de valores profissionais éticos e morais, mas que acabam por ser o reflexo de grande parte da nossa Sociedade actual…

Efectivamente cada vez menos o desempenho de uma profissão é sinónimo de algo prazeroso, no entanto a nosso ver, a profissão de Intérprete de Língua Gestual ainda o é. Sendo no entanto necessário reunir todos os aspectos já apontados. Tradução por tradução ou realizar um desempenho "mais ou menos" não equivale a ser-se um "verdadeiro" Intérprete, nem em termos éticos, nem profissionais e acreditamos que não contribuía nem sequer para a realização pessoal. ■

Bibliografia

Baltazar, A. B. (2011). *Surdez: Auto percepção e leitura do mundo. Uma abordagem psicossociológica das relações parentais de indivíduos surdos.* Dissertação de Mestrado. ISMAI, Maia

Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais.* Petrópolis: Editora Vozes

Vala, J. (2006). *Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social.* In Vala, J., & Monteiro M. B. (Coords.). Psicologia Social (pp. 457-512). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Vygotsky, L. S. (2007). *Pensamento e Linguagem.* Lisboa: Climepsi

UTAD CRIA SOS PHONE – PEDIR SOCORRO SEM CHAMADA DE VOZ

Eng. David Fonseca

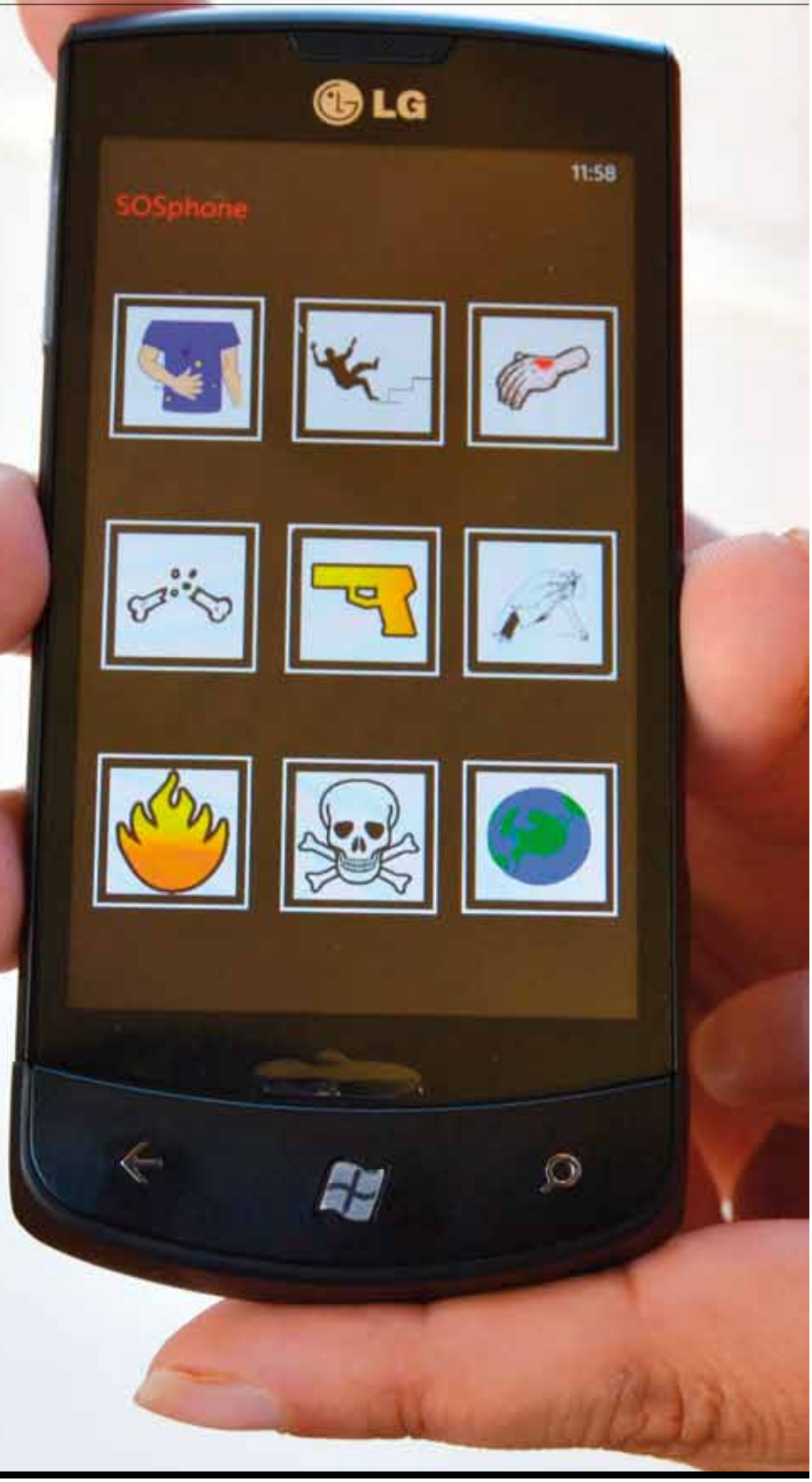
DEMONSTRAÇÃO EM COIMBRA, NO DIA MUNDIAL DO SURDO

Uma equipa de investigadores da UTAD, composta por 2 alunas de Engenharia Biomédica (Miriam Cabo e Tânia Pereira) e 2 professores (Benjamim Fonseca e Hugo Paredes), desenvolveu uma aplicação para telemóvel que permite pedir socorro sem necessidade de efetuar uma chamada de voz. A ideia surgiu após as alunas terem visto uma reportagem que alertava para o facto de não ser possível a um surdo pedir socorro usando o 112.

A referida aplicação permite descrever diversas situações de emergência selecionando ícones com o dedo num ecrã de toque (touchscreen) de um smartphone, possibilitando um relato muito rápido do ocorrido, não dependendo desta forma do recurso à voz, nem do longo questionário que habitualmente caracteriza a chamada telefónica para um serviço de emergência. No final é enviado à central de emergência 1 SMS contendo o código correspondente às situações reportadas, assim como as coordenadas de localização do utilizador, de forma a facilitar uma mais rápida assistência. O código enviado é descodificado automaticamente na central de emergência e visualizado de forma descritiva. Todo o processo pode ser concluído de forma muito rápida, dependendo da situação a reportar poderá demorar entre apenas alguns segundos e 1 ou 2 minutos.

A grande mais-valia desta aplicação é o facto de não ser necessário estabelecer comunicação oral nem recorrer a sucessivas trocas de mensagens de texto (como acontece atualmente com o serviço disponibilizado pela GNR).

Dada a importância que a aplicação poderá ter para os surdos, será possível experimentá-la no próximo dia 25 de Setembro, no V Convívio Nacional de Surdos, que decorrerá em Coimbra.



DESTAQUE

GLOBAL DEAF RENAISSANCE

Pedro Costa e Dr. Armando Baltazar

Bem-vindos à África do Sul

Delegados de Portugal: Pedro Costa e Armando Baltazar

O tema – em título - do XVI Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos (FMS), levou-nos à constelação de vários conceitos da Sociedade Global em que vivemos actualmente. Marcel Mauss e o fenómeno social total: *a sociedade como totalidade articulada e complexa*. A perspectiva de Gurvitch: *o carácter pluridimensional da realidade social e a teoria da sociedade global, com a necessidade de quatro soberanias: social, económica, jurídica e política.* A tese de Jean-William Lapierre : a sociedade global como um vasto fenómeno social total, um conjunto concreto e singular de pessoas e grupos no qual todas as categorias de actividades são exercidas e mais ou menos integradas.

E justifica-se, pois a Sociedade Global tem tido um forte impacto nas Comunidades Surdas espalhadas pelo Mundo. Impacto poderoso, mas positivo e/ou negativo? Julgamos que todos os Participantes atentos ao desenvolvimento do Congresso que tenham feito uma reflexão profunda,, constataram que há coisas positivas mas, também há aspectos negativos e que se reflectem nos movimentos associativos que obrigam a analisar a crise (?) de que padece o movimento associativo a nível local, nacional, internacional.

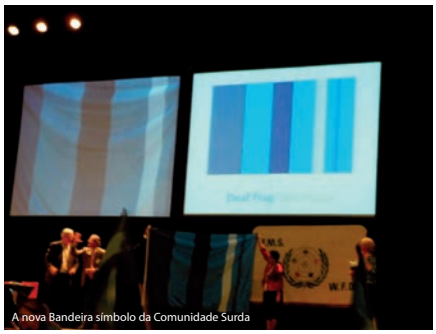
O Congresso, e realizações paralelas, realizaram-se nos passados dias 18 a 24 de Julho em Durban (África do Sul), local onde também se realizou o Workshop da FMS e a Assembleia Geral da FMS de 15 a 17 de Julho. Estiveram presentes como Representantes e Delegados de Portugal, Pedro Costa (Vice-Presidente da Direcção da FPAS) e Armando Baltazar (Presidente da Mesa de Assembleia Geral da FPAS), tendo participado também 3 Jovens Surdos Portugueses: Joana Cottim, Renato Santos e José Rocha; 4 Intérpretes Portuguesas de Língua Gestual: Maria José Freire, Ana Reis, Joana Sousa e Rafaela Silva; Helder Duarte que para além de ter participado, recebeu também a Medalha de Mérito Social Internacional da FMS, tal como Armando Baltazar; e participaram ainda mais 4 Surdos Portugueses.

No dia 15 de Setembro, no Centro Internacional de Convenções, realizou-se o Workshop da FMS, em que estiveram presentes Delegados de 46 países, e no qual houve a seguinte Ordem de Trabalhos: "A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), o que é?", "CRPD: como interpretar e como aplicar na prática – legislação, programas, projectos e exemplos de boas práticas; Introdução e discussão", "Promoção da CDPD no Uganda – Experiência da UNAD", "Mecanismos Internacionais de Monitorização dos Direitos Humanos para proteger os Direitos das Pessoas com Deficiência, processo de elaboração de relatórios e relatórios paralelos Cooperação entre DPOs e o projecto de Capacitação da IDA" e "Aditamentos/Alterações aos Estatutos da WFD". Existiram também "Sessões de Grupo paralelas", em que se podiam escolher participar em "Plano de Acção 2011-2015" ou "Ordem de Trabalhos para a Assembleia Geral", e nas quais foi dado informação mais aprofundada sobre cada tópico.

Nos dias 16 e 17 de Julho, no Centro Internacional de Convenções, realizou-se a Assembleia Geral da FMS, na qual estiveram presentes Delegados de entre 55 a 72 países. Nesta Assembleia, foram apresentados vários pontos, dos quais destacamos o facto da Direcção da FMS

Assembleia Geral da FMS

Destaque


A nova Bandeira símbolo da Comunidade Surda

Nova Direcção da FMS (2011 – 2015)

ter apresentado algumas propostas de alterações dos estatutos que foram depois colocadas a votação. A Associação Nacional de Surdos Sueca propôs que fosse aprovada uma bandeira que simbolize a Sociedade Surda em todo o mundo, que irá unir as Pessoas Surdas e as organizações de Surdos, fortalecer a Comunidade Surda e dar ao mundo uma imagem positiva dos Surdos. (fotos em anexo)

Outro tema importante desta Assembleia foi a votação das Candidaturas para a Organização do XVII Congresso Mundial da FMS. Após a votação, ganhou a candidatura da Turquia (48 votos), suplantando as candidaturas apresentadas pelo México (12 votos) e pela Alemanha (10 votos), tendo havido 1 voto nulo. Assim, o próximo Congresso da FMS terá lugar na cidade de Istambul, em Julho de 2015. (fotos em anexo).

Foram ainda realizadas as eleições para a Direcção da FMS (2011-2015) e, no que diz respeito ao cargo de Presidente, o candidato Colin Allen (41 votos) suplantou os outros dois candidatos, Joseph Murray (23 votos) e Terry Riley (6 votos), tendo havido 1 voto em branco.

Para o cargo de Vice-Presidente da FMS, foi eleita a candidata Wilma Newhoudt-Druchen (50 votos), suplantando os candidatos Joseph Murray, Terry Riley e José Ramos.

Para os restantes cargos da Direcção da FMS, foram eleitos: Kaisa Alanne (Finlândia), Hasan Dikyuva (Turquia), Hanne B. Kvitvær (Noruega), Joseph Murray (EUA), José Gaspar Sanabria Ramos (México), Dimitry Rebrov (Rússia), Terry Riley (Reino Unido), Ramesh Lal Shrestha (Nepal) e Neboja Vavra (Bósnia-Herzegovina).

A Direcção da FMS tomou a decisão de nomear como Presidentes Honorários da FMS, Liisa Kauppinen, Yerker Andersson e Markku Jokinen, tendo isto sido aprovado pela maioria dos Delegados. Para além disto, foram ainda nomeados como Membros Honorários, Feliciano Solo Limia, Johan Wesseman, Tomas Hedberg e Knud Søndergaard.

Entrevista com o novo Presidente da FMS: Colin Allen

Iniciando o XVI Congresso Mundial da FMS no dia 18 de Julho, a Sessão de Abertura teve cerca de 1000 Participantes, tendo sido explicado que a DeafSA (Associação Organizadora) escolheu este dia por ser o dia do nascimento de Nelson Mandela. Nesta Sessão de Abertura, foram mostradas várias actividades (teatro, cultura, poesia, música, etc.) características da cultura da África do Sul. Estiveram presentes convidados da FMS, do Governo da África do Sul, da DeafSA, entre outros. Foi também mostrado um vídeo do Sipho, um leão que comunica em Língua Gestual e que foi um dos símbolos deste Congresso.

No primeiro dia de trabalhos (19 de Julho), o tema principal abordado foi a "Educação de Surdos", com os subtemas "Acesso Igual à Educação" e "Tornando-se Multilingue", tendo-se assistido às apresentações dos Oradores Lucas Magongwa, Kristina Svartholm, David Martin e Nigel Howard.

No dia 20 de Julho, o tema principal foi "Língua Gestual e Estudos de Surdos", com os subtemas "Porquê Surdos?" e "Obtendo o Reconhecimento Legal da Língua Gestual e os Oradores Joseph Murray, Dirksen Bauman e Christine Linnartz.

No terceiro dia, o tema principal foram os "Países em Desenvolvimento", com os subtemas "Empowerment Social e Económico" e "Gestão Inteligente de Conflitos". No dia 21 de Julho, foi possível assistir a apresentações de Oradores como Ablavi Dziku e Megan Youngs, entre outros.

O quarto dia de trabalhos destacou-se pelo tema principal dos "Direitos Humanos" e subtemas "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência", "Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres", "Convenção sobre os Direitos da Criança e Programas de Juventude" e "Instrumentos de Direitos Humanos". Neste dia, foi possível assistir a diversas apresentações, nomeadamente das Oradoras Deborah Iyute Oyu e Helena Gade.

No dia 23 de Julho, abordaram-se várias áreas e grupos de interesse especial como "Grupos Étnicos de Surdos", "Saúde Mental dos Surdos",

Destaque

Grupo de Portugal

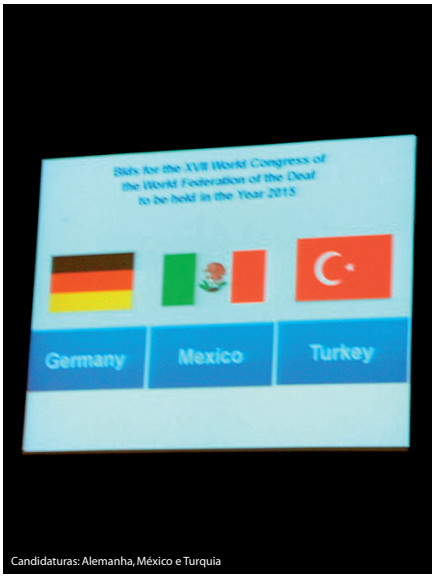
"Lésbicas, Homossexuais, Bissexuais e Transexuais Surdos", "Intérpretes de Língua Gestual", "CODA", "Famílias e Idosos", "Surdocegos" e "Tecnologia", tendo sido possível assistir aos Oradores Michael Wi, Robert Adam e Christopher Stone, Gardy Van Gils e Beppie Bogaerde, Torill Ringso, Filipe Verhelst, Craig Crowley e Mark Cooper, entre outros.

Chegados ao dia 24 de Julho, foi altura de participar na Sessão de Encerramento deste Congresso Mundial, sendo que este foi um dia extremamente importante para toda a Comunidade Surda. Assim, o Presidente da FMS ainda em funções acabou por fazer o seu discurso perante os cerca de 2100 Participantes que estavam presentes, tendo feito um breve resumo destes dias na África do Sul e dando as boas-vindas ao novo Presidente Colin Allen e aos novos Membros da Direcção da FMS.

Considera-se que esta Sessão de Encerramento teve uma importância especial para a Comunidade Surda Portuguesa, uma vez que tivemos oportunidade de assistir à entrega da Medalha de Mérito Social Internacional da Federação Mundial de Surdos a Armando Baltazar e a Helder Duarte. Foi com enorme orgulho que vimos estes dois Surdos Portugueses serem agraciados com esta honra, em reconhecimento de todo o seu trabalho e luta em prol da Comunidade Surda.

Ambos dedicaram o Prémio recebido a toda a Comunidade Surda Portuguesa, na qual incluíram os Intérpretes e Amigos Ouvintes que, a seu lado e ao longo dos anos, os ajudaram e com eles pugnaram na procura constante de melhores condições de Vida para todas as Pessoas Surdas.

A participação neste Congresso Mundial foi encarada como uma importante oportunidade de contactar com a Comunidade Surda de outros países, de conhecer outras realidades, vivências, dificuldades e desafios, ideias, projectos, e também de dar a conhecer a Comunidade Surda Portuguesa.

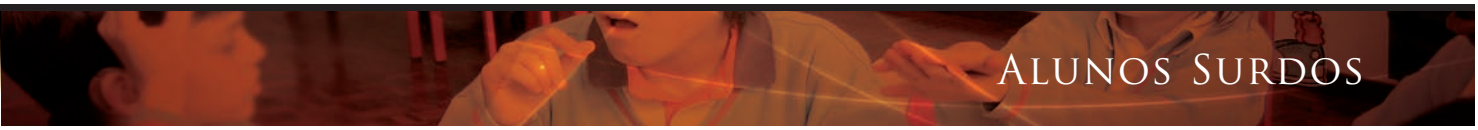


Candidaturas: Alemanha, México e Turquia

No aspecto sócio-cultural vivemos momentos inesquecíveis, muitos dos quais relacionados com determinadas formas de cultura africana, ou não seja o continente africano a "Terra do Fogo, do Ritmo, das Cores, dos Contrastes, do inesquecível Cheiro e Beleza da Sanzala…."

ATÉ AO XVII CONGRESSO MUNDIAL, A REALIZAR-SE EM ISTAMBUL (TURQUIA), EM 2015!

Medalha de Mérito Social Internacional da FMS: Helder Duarte e Armando Baltazar



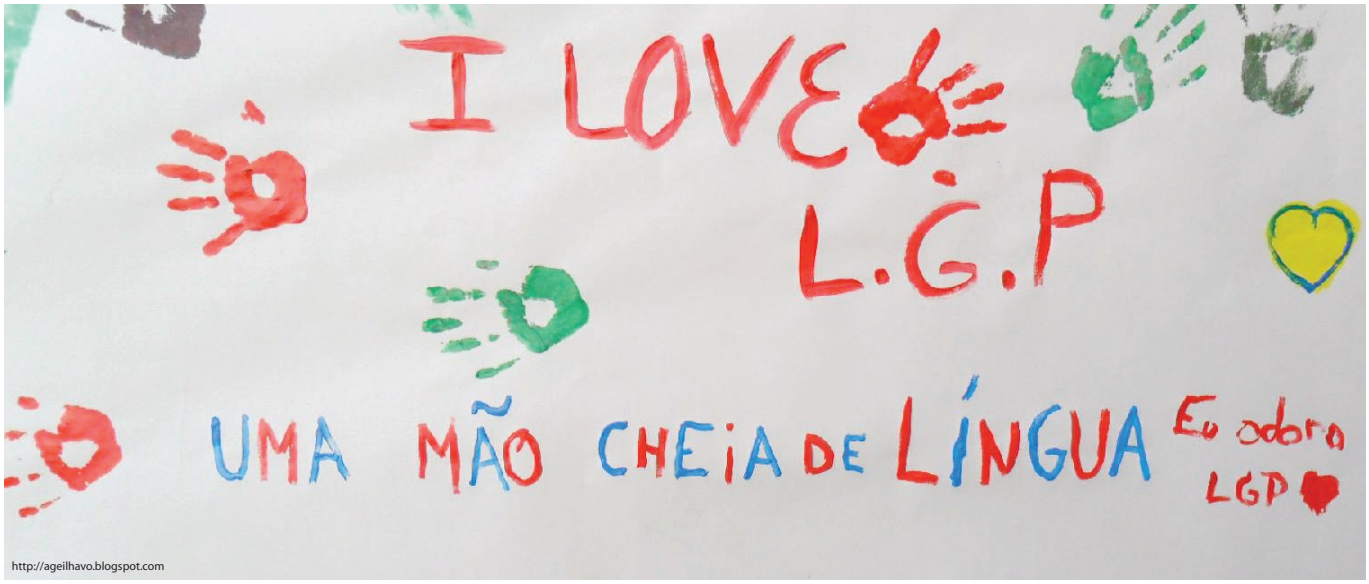
UMA LÍNGUA QUE SE SENTE

Doutora Isabel Sofia Calvário Correia
Escola Superior de Educação de Coimbra

Uma das coisas que mais me impressionou quando comecei a contactar com a comunidade surda foi ver, de forma recorrente, as pessoas dizerem: "não sinto este gesto" ou, "sim, concordo com o gesto, mas não o sinto". Ora, não me recordo de alguma vez ter ouvido um falante de português dizer que não sentia uma palavra da língua como sua. Claro, exceptuam-se contextos literários onde o autor, através de árduo *labor limae*, tenta encontrar o vocábulo certo, a pontuação precisa ou a frase chave. Contudo, na comunicação de dia a dia não é comum, é, até, insólito, ouvir alguém pronunciar-se sobre o sentimento que determinada palavra lhe provoca.

de se começar a pensar na língua e não apenas senti-la. Curiosamente, a ligação emocional que a pessoa tem à língua poderia (deveria?) impulsioná-la a fazê-la crescer, afirmar-se, ver-se cada vez mais. Símbolo de orgulho e identidade. Felizmente, são cada vez mais as iniciativas de proporcionar a aprendizagem da Língua Gestual Portuguesa a toda a gente. Há cursos livres, publicidade que corre na net e noutros meios, chamando a atenção para a particularidade deste idioma, para a sua dignidade e para a necessidade de a saber por forma a sermos mais justos, mais ricos e seres humanos iguais nos direitos e deveres. Todavia, não é de divulgação da língua que falo nesta pessoalíssima reflexão pós-férias.

no superior é cada vez mais uma realidade. Suponho que todos ganharíamos se, para além de sentir o gesto, se começasse a pensar sobre ele. A LGP é um sistema linguístico capaz de nomear o mundo, como qualquer outro. Porém, os sistemas linguísticos só vivem se usados por uma comunidade. Quem os utiliza deve fazê-los crescer através da partilha, da reunião de dúvidas, sugestões para que se defina o gesto tipo para o conceito. Não implica isto, de forma alguma, terminar com as variedades regionais. Mas implica que, no presente e no futuro, as crianças e jovens surdos possam chamar o mundo todo através das suas mãos. No meu entender, estará na altura



Assim, considerei que fosse uma característica da comunidade provocada por todo o contexto de formação e evolução da língua. Como sabemos, quando um idioma sofre repressão, é proibido e depois se autonomiza é frequente constituir-se como um símbolo de orgulho da comunidade a que pertence. Desta forma, este sentimento significaria a noção de posse de uma língua que a comunidade surda sente como sua. Não podemos esquecer que 1997 é uma data ainda muito próxima no tempo para se exigir o distanciamento necessário a uma reflexão linguística sem pinceladas emocionais.

Porém, creio, começa a estar na altura

O que creio que faz falta é a comunidade surda construir a sua própria língua. Um idioma não nasce numa sala fechada, criado em laboratório por algumas pessoas. Através da comunicação, da necessidade de rotular, perceber, discutir o mundo, as palavras vão surgindo e tornando-se correntes. Depois, virá a norma, o conjunto de pessoas que definirá a convencionalidade. Hoje em dia já existem dicionários de LGP, gestuários, que constituem importantes recolhas de palavras. Os surdos cada vez mais contactam com outros saberes, sobretudo depois que o seu acesso ao ensi-

de a comunidade surda, juntamente com especialistas em diversas áreas, apurar um léxico estável para a LGP de maneira a que a dactilologia se torne cada vez mais restrita e a paráfrase menos necessária. Só a comunidade surda pode dar este primeiro grande passo para a dignificação de uma língua que sente tanto como sua e que a define. Não se trata de isoladamente "escolher" gestos, mas sim, partilhando saberes, reflectir sobre a língua e o conceito. A meu ver, só assim a LGP poderá ter o estatuto que verdadeiramente merece, ou seja, ser uma língua plena, sentida e percebida por cada vez mais pessoas.. ■

PERFIL DO PRESIDENTE

Dr. Armando Baltazar

Como brevemente a FPAS irá eleger os novos Órgãos Sociais, triénio 2011/2014, e desejando uma salutar concorrência pela liderança da mesma, deixamos aqui algumas dicas que, na base da nossa experiência associativa e directiva de mais de 40 anos, consideramos importantes, e que provoquem uma profunda reflexão em eventuais candidatos, pois concorrer à Liderança da FPAS, não pode ser uma "aventura" ou um simples acto de "vaidade" pessoal...

Antes de mais, a pessoa que pretende assumir a Presidência da FPAS, deve apresentar algumas características que podem influenciar directamente na forma como irá conduzir a gestão da mesma. Não quer dizer que precise possuir todas, mas se essa pessoa se auto-avaliar e se souber ouvir as pessoas que a cercam, poderá ver quais são as suas deficiências e saber em quais aspectos precisa melhorar, e se terá capacidades suficientes ou não para assumir a Presidência. Ou seja,

O Presidente precisa de:

Ter pré-disposição para o trabalho colectivo. Esta é uma das exigências básicas: saber trabalhar em equipa, afinal o que queremos é que FPAS seja feita uma gestão participativa e democrática, portanto o Presidente terá de saber trabalhar em equipa.

Ser articulador e mediador dos segmentos internos e externos: o Presidente deve ser uma pessoa que abra o diálogo com os diferentes grupos existentes, tanto dentro da própria FPAS como fora dela (Instituições filiadas ou não-filiadas), buscando a maior interacção possível com esses grupos em favor do desenvolvimento da FPAS.

Ter iniciativa e firmeza de propósito para realização de acções: o Presidente precisa ser uma pessoa sempre disposta a estimular e incentivar as acções positivas da FPAS, sempre que possível encabeçando essas iniciativas ou à frente delas, junto das pessoas que as iniciaram.

Ser profundo conhecedor dos assuntos técnicos, administrativos, financeiros e legislativos: o Presidente terá de estar actualizado em relação a todos estes temas e como saber como eles afectam a boa gestão da FPAS.

Ter espírito ético e solidário: o Presidente precisa saber conduzir as suas atribuições sempre respeitando os princípios éticos, com imparcialidade e isenção, mas sem estar ausente e distante dos acontecimentos. Também deve promover que todos os restantes elementos da sua equipa directiva respeitem estes princípios.

Ser um profundo conhecedor da realidade da FPAS: o Presidente precisa conhecer não apenas a FPAS internamente, mas a Comunidade Surda que a FPAS representa. Ele deve entender o contexto da Sociedade em que a Comunidade Surda está inserida, conhecer os meios onde as Pessoas Surdas se inserem, entender as posições das famílias e descobrir os problemas que cercam a nossa Comunidade, assim como os pontos positivos existentes e que podem ajudar à resolução de muitas das dificuldades e problemas. O Presidente terá de saber que tudo o que acontece na Sociedade ouvinte acaba por, de um ou outro modo, por exercer influência na Comunidade Surda, ou seja o Presidente terá de conhecer bem os dois Mundos em que vive: o Surdo e o Ouvinte.

http://criatividadeaplicada.com/wp-content/uploads/2010/06/Lider-inovador.jpg

Ter credibilidade na Comunidade Surda: o Presidente precisa ser uma pessoa que transmita credibilidade, quer na sua conduta associativa, profissional, pessoal e até mesmo familiar. As pessoas, na maioria das vezes, avaliam o comportamento do Presidente com o comportamento que ele apresenta na sua vida social. Portanto, é de se esperar que a pessoa que venha a ser Presidente da FPAS, seja uma pessoa de credibilidade junto da Comunidade Surda.

Ser um defensor do movimento associativo: o Presidente precisa acreditar no modelo de associativismo, nas práticas associativas e no sistema de evolução associativa como um todo. Deve também fazer um auto-compromisso na elaboração e execução de políticas federativas que beneficiem o movimento associativo e, além de acreditar, deve passar para os outros membros da Direcção, o entusiasmo por tais políticas.

Ter liderança democrática e capacidade de mediação. Teclamos novamente neste ponto, mas o Presidente para poder dirigir a FPAS escola precisa saber "ouvir" todos, dividir as responsabilidades e ser capaz de mediar conflitos e oposições. Só assim é que ele poderá construir uma gestão democrática e participativa.

Ser capaz de fazer uma contínua auto-avaliação e saber promover a avaliação dos elementos da sua equipa directiva. O Presidente precisa saber que nem sempre está certo e que nem sempre tem razão, não apenas ele e muitas vezes também a sua equipa directiva. Por isso, terá de ter capacidade para reconhecer isso e tomar as medidas necessárias para corrigir os seus erros e os erros da equipa directiva. Terá de entender isso como um acto de humildade. Ao fazer uma avaliação de si mesmo e da sua equipa directiva, o Presidente tem a oportunidade de avaliar os seus erros e corrigi-los a tempo antes que seja tarde demais e comprometer todo o seu trabalho e o trabalho da sua equipa directiva.

Ter a capacidade de resolver problemas: o Presidente tem de ser capaz de ver, "ouvir", sentir o problema no momento e no local onde está sucedendo, sem fugir dele e sem tentar adiar a sua solução. Os problemas existem sempre e o Presidente deve saber encaminhar os mesmos, procurando resolvê-los de forma definitiva e não tomando medidas paliativas que apenas aligeirem momentaneamente o problema, permitindo que mais tarde ele se repita. Tem de saber procurar a ajuda e a participação dos outros elementos da sua equipa para ouvir as suas opiniões sobre a questão e dividir as responsabilidades pelas decisões tomadas.

Ser transparente e coerente nas acções. O Presidente deve saber dar conhecimento antecipado das suas acções e decisões suas acções e decisões, não esperando que venham as interrogações pelas posições tomadas e só depois prestar esclarecimentos, pois isso pode gerar dúvidas sobre a sua gestão, causando um clima de desconfiança. Aqui a palavra-chave é comunicação. O Presidente terá de prestar contas das decisões e actos tomados e, para isso, poderá utilizar os diversos meios de comunicações existentes e disponíveis para dar clareza e fundamentação às suas decisões e posições. Não deve agir por impulso e sim demonstrar coerência entre aquilo que diz e aquilo que faz.

Como já referido anteriormente, estes são apenas alguns dos atributos que se espera de uma pessoa que queira assumir a função de Presidente da FPAS. Sugerimos então que os eventuais candidatos façam uma sincera auto-avaliação, identifiquem os pontos que precisam desenvolver e melhorar, e decidam em consciência se estão preparados, se estão preparados, se terão a necessária disponibilidade e capacidade para assumir o cargo. ■

PARENTALIDADE – O NOVO REGIME DA PROTECÇÃO DE MATERNIDADE / PATERNIDADE E ADOPÇÃO

Instituto Nacional para a Reabilitação I.P.

O regime da protecção social no âmbito da maternidade, paternidade e adopção, denominado por Parentalidade, para os trabalhadores em geral, desde 1 de Maio de 2009, encontra-se previsto nos art. s 34º a 62º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro.

O Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado pela Lei n.º 59/2009, de 11 de Setembro, vem prever a revogação do anterior regime de protecção na Maternidade/Paternidade e Adopção e a aplicação aos trabalhadores em funções públicas desse novo regime denominado Parentalidade, conforme decorre do art. 22º.

Assim, este regime da Parentalidade, inicia a sua aplicação, para os trabalhadores que exercem funções públicas, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nºs 89/2009 de 9 de Abril, que veio regulamentar o regime de protecção social convergente (RPSC),

Para os trabalhadores em regime geral da segurança social, a sua aplicação inicia-se com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril.

Em ambos os Decretos-Lei acima referidos vem estipulado qual o cálculo a ser efectuado para a atribuição dos subsídios respectivos para cada situação de licença ou falta.

Assim, este regime da Parentalidade prevê, para a generalidade dos trabalhadores, as licenças parentais e de adopção, o regime de faltas, dispensas, horários e protecções para a grávida, purpúrea ou lactante, bem como as consequências do usufruto desses direitos.

O Código do Trabalho determina, para os pais ou adoptantes, dois tipos de horários de trabalho no regime da parentalidade, o regime de trabalho a tempo parcial e a flexibilidade de horário.

O regime de trabalho a tempo parcial, corresponde a metade do praticado a tempo completo numa situação comparável e é prestado diariamente, de manhã ou de tarde, ou em três dias por semana, conforme o pedido do trabalhador. No que concerne à remuneração, esta será equivalente à remuneração base prevista na lei, em proporção do respectivo período normal de trabalho semanal, o mesmo se aplicando aos suplementos remuneratórios, ou seja, a remuneração corresponderá apenas ao tempo de serviço cumprido (artigo 154.º do Código do Trabalho).

No que se refere ao subsídio de alimentação, este será atribuído também em proporção do respectivo período normal de trabalho semanal, desde que a prestação de trabalho diário não seja inferior a metade da duração diária do trabalho a tempo completo.

A flexibilidade de horário corresponde àquele em que o trabalhador pode escolher, dentro de certos limites, as horas de inicio e termo do período normal de trabalho diário, devendo o horário escolhido ter dois períodos de presença obrigatória, com duração igual a metade do período normal de trabalho diário, deve indicar o período de inicio e de termo do trabalho normal diário, cada um desses períodos não pode ser inferior a um terço do período normal de trabalho diário e estabelecer um período de intervalo não superior a duas horas.

Ambos os horários podem ser requeridos pelos interessados, com uma antecedência de 30 dias e devidamente fundamentados, estando o procedimento para obter a autorização previsto no artigo no artigo 57.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

De referir que estes horários podem ser recusados pela entidade empregadora, porém apenas com fundamento em exigências imperiosas ligadas ao funcionamento da empresa ou serviço, ou a impossibilidade de substituir o trabalhador se este for indispensável.

No entanto, para os trabalhadores em funções públicas, está ainda previsto o regime de horário de jornada contínua, a qual consiste na prestação ininterrupta de trabalho, exceptuado num único período de descanso não superior a 30 minutos que se considera tempo de trabalho, por força do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de Setembro (seguidamente designado por ACCG), nomeadamente na Cláusula 8.ª, em articulação com o Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março.

A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho diário nunca superior a 1 hora, a fixar no respectivo regulamento, sendo aplicado a progenitores com filhos menores de 12 anos ou independente da idade, no caso de filhos com deficiência ou doença crónica, e em circunstancias devidamente fundamentadas.

Salienta-se ainda o previsto no artigo 54.º do Código do Trabalho, que refere a redução de horário até 5 horas semanais, sendo esta apenas aplicada para acompanhamento de filho com idade não superior a 1 ano.

Quanto ao regime de faltas, o progenitor tem direito a faltar até 30 dias por ano ou a faltar durante todo o período de eventual hospitalização, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 49.º, tendo estas faltas como efeito, a manutenção de todos os direitos atribuídos, sendo consideradas como prestação efectiva de trabalho, excepto no que concerne ao direito à retribuição, conforme previsto no n.º 1 do artigo 65.º do mesmo Código.

As faltas acima referidas são para prestar assistência inadiável e imprescindível, em caso de doença ou acidente a filho menor de 12 anos e, no caso de filho com deficiência, independentemente da idade deste.

No mesmo artigo está previsto ainda que, para além destas faltas para filho menor de 12 anos e, independentemente da idade para filho com deficiência, pode ainda o progenitor faltar 15 dias para prestar assistência a filho maior de 12 anos, caso este pertença ao seu agregado familiar.

Para efeitos de justificação, a prova do motivo da falta, não sendo de apresentação voluntária, pode ser exigida pela entidade patronal.

Por fim, apenas de salientar a Licença para assistência a filho com deficiência ou doença crónica, prevista no artigo 53.º do referido Código do Trabalho.

Esta licença tem um período até 6 meses, prorrogável com limite de 4 anos, para assistência de filho, adoptado ou filho do cônjuge que com este resida, que tenha uma deficiência ou tenha uma doença crónica, durante os primeiros 12 anos de vida.

Após os 12 anos do filho, o direito à licença mantém-se devendo, no entanto, a necessidade de assistência ser confirmada por atestado médico.

Se houver dois titulares, a licença pode ser gozada por qualquer deles ou por ambos em períodos sucessivos, devendo o trabalhador o empregador, por escrito e com a antecedência de 30 dias sobre o início e o termo do período em que pretende gozar a licença, de que o outro progenitor tem actividade profissional e não se encontra ao mesmo tempo em situação de licença, ou que está impedido ou inibido totalmente de exercer o poder paternal, que o menor vive com ele em comunhão de mesa e habitação e que não está esgotado o período máximo de duração da licença, caso essa indicação não seja feita a licença tem a duração de seis meses.

Estas informações e outras sobre, o tema da Parentalidade, poderão ser consultadas mais detalhadamente nas "Perguntas Frequentes" da página do INR, I.P. ■

LEGISLAÇÃO
INTERNACIONAL E NACIONAL PUBLICADA ENTRE JUNHO DE 2011 E AGOSTO DE 2011

Instituto Nacional para a Reabilitação I.P.

Despacho n.º 7130/2011. DR 91 SÉRIE II de 2011-05-11 *(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete da Ministra)* Altera o despacho n.º 15 606/2009, de 9 de Julho, que aprovou o regulamento específico que definiu o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (Tipologia de intervenção n.º 7.4)

Despacho n.º 7131/2011. DR 91 SÉRIE II de 2011-05-11 *(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional)* Definição do procedimento administrativo aplicável ao pagamento, por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego a que o beneficiário tem direito, nos termos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro

Despacho n.º 7158/2011. DR 91 SÉRIE II de 2011-05-11 *(Ministério da Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação)* Determina o calendário das escolas de referência de ensino bilingue para alunos surdos a partir do ano lectivo de 2011-2012 e a carga horária a atribuir à disciplina de Português Língua Segunda (PL2) para alunos surdos

Portaria n.º 193/2011. DR 93 SÉRIE I de 2011-05-13 *(Ministério da Saúde)* Regula o procedimento de pagamento da comparticipação do Estado no preço de venda ao público dos medicamentos dispensados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde que não estejam abrangidos por nenhum subsistema ou que beneficiem de comparticipação em regime de complementaridade

Portaria n.º 214/2011. DR 104 SÉRIE I de 2011-05-30 *(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)* Estabelece o regime de formação e certificação de competências pedagógicas dos formadores que desenvolvem a sua actividade no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações e revoga a Portaria n.º 1119/97, de 5 de Novembro

Despacho n.º 7861/2011. DR 105 SÉRIE II de 2011-05-31 *(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)* Aprova o Regulamento Geral de Acesso ao Transporte não Urgente no Âmbito do Serviço Nacional de Saúde

Portaria n.º 220/2011. DR 106 SÉRIE I de 2011-06-01 *(Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde)* Fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) a praticar no ano de 2011

Decreto-Lei n.º 66/2011. DR 106 SÉRIE I de 2011-06-01 *(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)* Estabelece as regras a que deve obedecer a realização de estágios profissionais extracurriculares, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 146.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro

Portaria n.º 246/2011. DR 119 SÉRIE I de 2011-06-22 *(Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social)* Determina os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social e do regime do seguro social voluntário e revoga a Portaria n.º 269/2009, de 17 de Março

Portaria n.º 249/2011. DR 119 SÉRIE I de 2011-06-22 *(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)* Aprova os modelos de requerimento do rendimento social de inserção, do abono de família pré-natal e abono de família para crianças e jovens, bem como da declaração da composição e rendimentos do agregado familiar, e revoga a Portaria n.º 598/2010, de 2 de Agosto

Portaria n.º 256/2011. DR 127 SÉRIE I de 2011-07-05 *(Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social)* Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respectivas condições especiais uniformes

Decreto-Lei n.º 86-A/2011. DR 132 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2011-07-12 *(Presidência do Conselho de Ministros)* Aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional

Decreto-Lei n.º 92/2011. DR 143 SÉRIE I de 2011-07-27 *(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)* Estabelece o regime jurídico do Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP)

http://www.northamericanimmigrationlawgroup.com/images/law_library_image.jpg

Passatempos

Hélder Chavinha

Onda do Mar

Dois Alentejanos foram passear até Lisboa. Quando chegaram lá, acharam tudo muito diferente! Viram um grupo enorme de pessoas com cartazes e decidiram ir atrás. De repente, começaram a formar uma fila e eles foram atrás mesmo sem saber para o que iam. Quando chegou a vez deles, os dois compraram o bilhete mais barato, 5€uros, porque não tinham muito dinheiro. Quando chegaram ao recinto ficaram admirados com tanta gente a gritar e com cartazes nas mãos. Quando começou o jogo, eles não ligaram nenhuma. Em vez disso, olhavam para a plateia. Foi quando viram as pessoas levantarem-se em onda. Não perceberam porque estavam a fazer aquilo e perguntaram a um homem que estava ao lado. Ele explicou-lhes que estavam a fazer a onda e que quando chegasse a vez deles deviam fazer o mesmo. Eles esperaram… e quando chegou a vez deles, puseram a mão no nariz e baixaram-se como se estivessem a furar uma onda no mar.

A caneta na orelha

Um Alentejano acabou o curso e foi para Lisboa onde encontrou trabalho numa empresa como secretário. Quando começou a trabalhar, explicaram-lhe qual era a sala dele, mas ele ficou triste ao ver que a sala era um cubículo fechado e escuro, sem janela. Passado um mês, o patrão viu o trabalho dele e como ficou satisfeito decidiu promovê-lo e passá-lo para uma sala com janela. Ele ficou tão contente que foi comprar uma caneta cara para condizer melhor com o novo trabalho que pôs na orelha. Quando regressou, houve um acidente de trabalho nos escritórios de cima que estavam em obras. Uma peça afiada caiu e cortou a orelha do alentejano. Os colegas, preocupados, apressaram-se logo a ajudar a procurar a orelha e quando a encontraram, o homem disse que queria era a caneta!

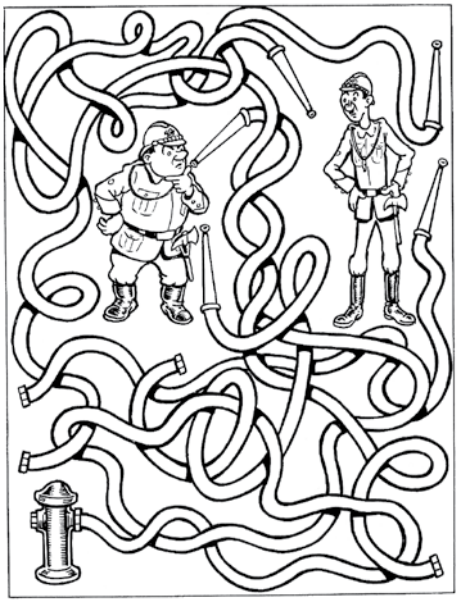
Burro esperto

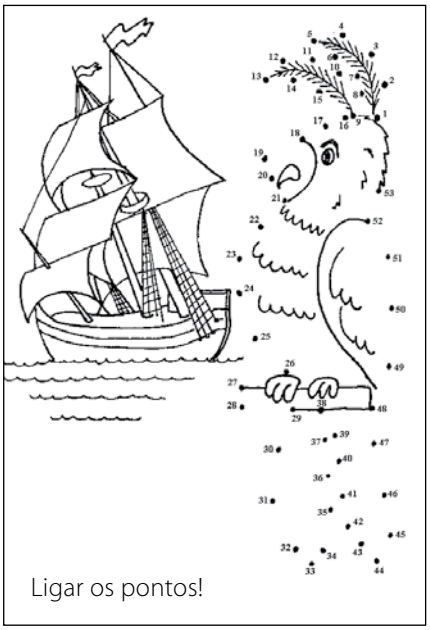
Um homem tinha um burro mas era gozado por outro homem por causa disso:
- Ah, pareces um parvo com esse burro!
O homem respondeu:
- Cuidado, olha que o burro é esperto! Ele ouve-te e se continuas a gozar com ele, morres!
Mas o homem continuou a gozar, achava que o burro não era nada esperto e que não ia morrer. O dono do burro explicou então que se o burro soltasse gases 13 vezes, o homem morria na hora. E começaram a andar. De repente o burro solta gases uma vez… e duas vezes… três vezes… O homem ouvia, nervoso… Quatro vezes… cinco… seis… sete… oito… e o homem cada vez mais nervoso… nove… dez… o homem procura um pau grosso… onze… doze… agarra no pau e enfia no rabo do burro… À décima terceira vez, com a pressão dos gases o pau vem para trás e acerta no homem… que morre!

SUDOKU

	6		7			2		3
	3						9	
			1	3		7	8	
4	7				8	6		
		3				9		
		2	6				7	4
	4	7		6	1			
	5						4	
3		8			9		6	

A CONFUSÃO dos BOMBEIROS





Ligar os pontos!

OUTONO
SURDO
último Domingo SETEMBRO
República
portuguesa
15 NOVEMBRO
Língua Gestual Portuguesa
a b c
UVAS
LGP
11 NOVEMBRO
MAGUSTO
Setembro
Outubro
Novembro
F. GOULÃO 2011